

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Bacharelado em Museologia



Monografia

**Musealização da Arqueologia:
Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade Federal do Paraná**

Ana Paula da Rosa Leal

Pelotas, 2011

ANA PAULA DA ROSA LEAL

**Musealização da Arqueologia:
Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade Federal do Paraná**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. MSc. Diego Lemos Ribeiro

Pelotas, 2011

Banca examinadora:

Prof. MSc. Diego Lemos Ribeiro (orientador)

Prof. Dr. Jaime Mujica Sallés

Dedico este trabalho aos meus pais amados, Neida Maria da Rosa Leal e Evoti dos Santos Leal, que sempre sonharam junto comigo.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao meu querido orientador, Prof. MSc. Diego Lemos Ribeiro, que não mediu esforços para que se atingisse o resultado desejado nesta monografia. Trata-se de um grande professor, a quem sempre admirei, e que agora respeito ainda mais, por toda a competência, dedicação, paciência, confiança e alegria com que desempenha o seu trabalho. “Diego, obrigada por todos os ensinamentos e pelo incentivo!”.

Também tenho muito a agradecer ao corpo de professores do Curso de Bacharelado em Museologia, que dia após dia, me ensinaram muito e contribuíram para a minha formação. Em especial, ao Prof. Ms. Caiuá Cardoso Al-Alam, presente no início da nossa caminhada, nos direcionando para uma visão mais crítica a respeito da nossa profissão e, à Prof^a. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, que além das maravilhosas aulas durante o curso, contribuiu para a estruturação deste trabalho.

Sou grata ao Prof. Dr. Jaime Mujica, que de certa forma me “inseriu” nas discussões acerca da arqueologia, através da escavação realizada no Totó. Não poderia deixar de agradecer ao historiador Aluísio Gomes Alves, que me ensinou muito sobre Arqueologia, tanto no campo, quanto no laboratório, sempre de forma pacienciosa.

Agradeço à Antropóloga Dra. Márcia Cristina Rosato, diretora do MAE-UFPR, que prontamente aceitou a minha solicitação de pesquisa e abriu as portas da Reserva Técnica. Obrigada também ao Arqueólogo Dr. Laércio Loiola Brochier, pelas informações e entrevista concedidas, e em especial ao Arqueólogo Sady Pereira do Carmo Júnior, que me auxiliou na coleta de dados a respeito da documentação do Museu, sempre de forma gentil e alegre!

Além destas pessoas tão essenciais, tive a sorte de ter outras, mais próximas, que também ajudaram, me deram apoio e carinho.

Começo agradecendo aos meus pais, Neida e Evoti. Meu pai, o grande homem da minha vida, que, além de todo o amor e dedicação, ainda contribuiu muito fazendo a revisão ortográfica do trabalho. “Pai, obrigada pela força, em todos os momentos!”. À minha mãe, por sempre me apoiar e torcer por mim. “Mãe, obrigada por tanto amor!”.

Obrigada, aos meus irmãos e sobrinhos, sempre carinhosos, que mesmo com a distância se fizeram presentes. Em especial, à minha irmã Sílvia, meu cunhado Marcos e meus sobrinhos Maurício e Fernando, que me acolheram na sua casa nos últimos seis anos, permitindo que fosse possíveis vários dos meus sonhos, inclusive cursar Museologia. Também tenho muito a agradecer à minha amada amiga, Vanessa Martinez, que me apoiou durante os momentos de tensão, me fazendo ficar calma. “Mana, obrigada, por mais uma vez,

estar ao meu lado!”. Outro querido amigo, a quem sou grata é meu futuro colega de profissão, Matheus Cruz, que pacientemente leu o meu trabalho, e fez comentários que me ajudaram em uma abordagem mais acadêmica, neste trabalho. Obrigada à Jezuina Kohls Schwanz, que também auxiliou em alguns aspectos, e foi sempre uma grande amiga.

Agradeço também aos meus colegas, que fizeram com que esta caminhada fosse mais branda e agradável! Em especial, à Joana Lizott, Márcio Dillmann, Alesandra Medeiros, Tiago Graule, Adilson Oliveira, Almir Nunes, Paulo Fabres, Aline Tavares e Gleiva Ortiz (*in memoriam*), colegas que mais convivi nestes quatro anos.

Muito obrigada a todos vocês!

A constituição de um acervo exige um cuidado metodológico rigoroso acompanhado do registro detalhado, tanto no momento da pesquisa de campo, como na posterior organização da informação. Caso contrário não se trata de acervo, e sim de artefatos e peças descontextualizadas.

Equipe do MAE-UFPR, Relatório de 1996.

Resumo

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Musealização da Arqueologia:** Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. 2011. 76f. Monografia – Curso de Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Neste trabalho discutiu-se a importância da documentação como etapa da musealização de acervos arqueológicos a partir de um estudo de caso realizado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), onde observamos na, prática, a questão dos sistemas de gerenciamento. Para tanto, analisamos se há uma separação entre documentação arqueológica e museológica, e como elas são geridas, além de abordar os problemas referentes à ausência de interação entre as áreas, os antecedentes históricos desta interface e a falta de normatização na coleta de dados, visando observar o reflexo disso no processo de musealização das coleções arqueológicas do MAE-UFPR.

Palavras-chave: gerenciamento de dados, documentação museológica, documentação arqueológica, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná.

Lista de Figuras

Figura 01	Estabilização de fragmento ósseo com Primal 20%, durante a escavação de 2010 no sítio PS03 – Totó, Pelotas/RS.....	24
Figura 02	Consulta sobre Sítios Arqueológicos.....	33
Figura 03	Formulário que dá acesso ao bando de portarias	34
Figura 04	Sede da Reserva Técnica em Curitiba	37
Figura 05	Ficha do fichário cruzado	40
Figura 06	Ficha topográfica.	41
Figura 07	Ficha descritiva.....	41
Figura 08	Gráfico correspondente a distribuição de materiais nas gavetas, com base nos dados do relatório de “Reestruturação da Reserva Técnica em Arqueologia (1990).....	42
Figura 09	Capa do livro tombo de cerâmica.....	44
Figura 10	Gráfico referente a quantidade acervo lítico e cerâmico, com base nas informações do “Relatório Técnico sobre as atividades realizadas no acervo de arqueologia do MAEP para a montagem do circuito museográfico/95.....	46
Figura 11	Gavetas (Segmento II).	49
Figura 12	Armários deslizantes contendo gavetas.....	49
Figura 13	Nova etiqueta.....	51

Lista de Tabelas

Tabela 1	Categorias de informação referentes aos objetos	27
Tabela 2	Exemplo de livro tombo	29
Tabela 3	Exemplo de fichas catalográficas	29
Tabela 4	Exemplo de ficha de indexação	30

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 - As Possíveis Relações entre a Arqueologia e a Museologia	15
1.1 Interfaces entre as Duas Áreas	15
1.2 A Musealização da Arqueologia.....	20
1.3 Documentação	26
1.3.1 Documentação Museológica	26
1.3.2 Documentação Arqueológica	30
Capítulo 2 - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná: um estudo de caso	35
2.1 A História do MAE-UFPR.....	36
2.2 A Documentação e o Gerenciamento ao longo dos anos	37
2.3 A busca por uma Nova Organização do Acervo.....	46
2.3.1 Um Levantamento Preliminar.....	48
2.3.2 A concepção de um banco de dados	50
2.3.3 O dossiê de sítios	53
Considerações Finais	56
Fontes Documentais.....	61
Referências Bibliográficas	62
Anexos	65

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de problematizar o papel da documentação e gestão de informação, no processo de musealização da arqueologia, tendo como base as áreas de Arqueologia e Museologia, visto que os museus têm sido uma alternativa comum na salvaguarda de materiais arqueológicos.

O meu primeiro contato empírico com a Arqueologia foi através de uma escavação realizada no primeiro semestre de 2010, no sítio PS03-TOTÓ em Pelotas-RS, que possibilitou entender um pouco melhor este universo, e lidar com as documentações utilizadas em campo. No entanto, a empatia por sistemas de gestão da informação se deu por meio de um estágio no Museu Municipal Parque da Baronesa - na mesma cidade - onde participei da catalogação e inventário do acervo, podendo perceber a complexidade e importância da documentação dentro de um museu. Estas duas experiências possibilitaram conhecer um pouco da natureza documental das duas áreas e perceber algumas diferenças, além de ser instigada a entender como se organizam os documentos nos museus arqueológicos, visto que eles acabam tendo que lidar com ambas as demandas.

A incipiência na comunicação entre Arqueólogos e Museólogos, além da inexistência de normas referentes à produção da documentação de campo, faz com que encontremos distinções na concepção dos documentos de ordem arqueológica e museológica que compõem essas instituições. Atualmente, de maneira geral, estes problemas continuam presentes nos museus brasileiros de arqueologia. Isso se deve tanto aos antecedentes históricos de descaso com o gerenciamento, quanto ao fato de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pelo patrimônio arqueológico, não ter normas que unifiquem a elaboração da documentação primária arqueológica, embora tenha estabelecido algumas exigências que devem ser entregues nos relatórios¹

Quando os materiais arqueológicos adentram o cenário museológico, em caso de legado ou endosso², o profissional de museu depara-se com distintos modelos de documentos, que por muitas vezes carecem de dados a respeito do seu contexto e origem. No caso dessas informações serem ignoradas, acaba por gerar-se um vazio de informações que possivelmente prejudicará o trabalho do arqueólogo, bem como as etapas de musealização, trazendo ruídos comunicacionais que refletirão na exposição.

¹ Exigências estas que foram apontadas na portaria nº07 de 1988, do IPHAN.

² Nos referimos aqui, aos museus que atualmente lidam com antigas coleções pertencentes a própria instituição ou no caso do Museu endossar materiais provenientes de pesquisas que não são vinculadas a instituição.

Com base nesses apontamentos, fomos a campo para observarmos, na prática, como se dão os encaminhamentos do âmbito gerencial em um museu de arqueologia. Direcionamos nosso olhar para a documentação visando entender se há uma separação entre os dados científicos e a etapa gerencial, além de suas interposições e distanciamentos, a fim de entender como se dá a separação entre as documentações museológica e a arqueológica. Para isso, escolhemos como estudo de caso o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), localizado em Paranaguá.

Sendo assim, almejamos que este trabalho sirva como instrumento para suscitar discussões a respeito do tema. Com base nisso, buscamos problematizar a forma como a documentação está sendo organizada nos museus arqueológicos, trazendo a necessidade da normatização na coleta das informações, considerando este fator como algo essencial para musealização, e entendendo-a como um processo que visa gerar produtos para a sociedade. Além disso, propõe-se a retomar o assunto atualmente muito abordado nos fóruns de discussão destas duas áreas, notadamente nos ambiente de congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), dentre outros.

Este trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro retoma a interface histórica das áreas de Museologia e Arqueologia, tendo como cenário o museu. Enfatizamos por um lado a participação dos museus no estudo da arqueologia, devido ao fato de a mesma ter-se valido, desde o seu surgimento, destes espaços físicos, utilizando-os como locais para armazenamento e pesquisa. Por outro lado, a museologia, utiliza-se da musealização como algo essencial na patrimonialização de acervos. Sendo assim, seguimos apresentando os processos de musealização, discutindo suas etapas e apontando a documentação como parte dos processamentos e como foco da pesquisa.

Em seguida, prosseguimos com um enfoque específico na documentação, sendo esta discutida através das visões museológica e arqueológica, fazendo uso de alguns conceitos que nos orientam quanto os elementos relevantes em cada uma delas. Neste capítulo, também é discutido como é feito o controle do patrimônio arqueológico por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico (SGPA). Este sistema foi organizado em 1997, com a finalidade de estabelecer padrões nacionais para dispor, em âmbito digital, informações a respeito das coleções e sítios, divididos em Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e o Banco de Portarias de Arqueologia (BPA).

No segundo capítulo, descrevemos o estudo de caso realizado no MAE-UFPR, fundado em 1963 e localizado em Paranaguá. O Museu conta com as unidades de Etnologia,

Cultura Popular, Documentação Sonora, Visual e Textual e Arqueologia. Devido à especificidade deste trabalho, optamos por analisar a documentação referente à última. As pesquisas foram feitas na sede da Reserva Técnica localizada em Curitiba, onde estão salvaguardadas as coleções e as documentações. Neste estudo, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, dividido na análise de fontes primárias antigas (relatórios, fichas, etiquetas, livro tombo) e aquelas que estão em fase de implementação (banco de dados e dossiê de sítios) visando entender as mentalidades por trás da criação das mesmas, suas finalidades e os contextos que as influenciaram diretamente. Também fizemos uso de entrevistas orais com os arqueólogos do MAE-UFPR, Laércio Loiola Brochier e Sady Pereira do Carmo Jr., com a finalidade de entender as novas demandas documentais do Museu.

Capítulo 1 - As Possíveis Relações entre a Arqueologia e a Museologia

Neste capítulo buscou-se fazer um apanhado no que diz respeito às superfícies de contato localizadas nas áreas em questão, de forma a explanar os primeiros passos dessa interligação, do ponto de vista do amadurecimento de ambas as áreas, enfatizando a ação da arqueologia no interior dos museus, assim como as mudanças de mentalidades ocorridas nas mesmas no decorrer do tempo. Posteriormente abordou-se a necessidade de estabelecer os procedimentos de musealização do patrimônio arqueológico e como isto se dá. No entanto, neste trabalho, escolhemos focar a documentação, como etapa primordial desta cadeia operatória de patrimonialização. Sendo assim, foram apresentados embasamentos teóricos que serviram como orientação quanto aos princípios considerados na construção das documentações museológica e arqueológica. Desta forma, tomamos esses pressupostos teóricos como referencial para o entendimento da prática, aplicada ao estudo de caso que foi exposto no segundo capítulo deste trabalho.

1.1 Interfaces entre as Duas Áreas

Tanto a Arqueologia quanto a Museologia trabalham com a cultura material, que engloba objetos e artefatos³.

O objeto específico de estudo da Museologia é o fato museológico, entendido por Waldisa Guarnieri (GUARNIERI, 1984) como “[...] a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a

³ Segundo Susan Pearce (2005), os artefatos são objetos tangíveis, permanentes e materiais, que podem incorporar significados emocionais, coletivos e individuais. Neste caso, a função dos estudiosos da cultura material é a de analisar estas características e significados, visando contribuir no entendimento acerca do Homem na sociedade.

qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora.” As idéias sistematizadas por Guarnieri, no que tange a relação entre o Homem e o patrimônio em um cenário, implica em procedimentos e ações voltadas para a preservação da herança natural e cultural. Ampliando tal idéia, segundo Peter Van Mensch (MENSCH, 1992), entende-se que a Museologia embasa suas práticas no trinômio “preservação, investigação e comunicação”. Para compreendermos melhor essa afirmativa, utilizou-se o conceito difundido pelo Caderno de Diretrizes Museológicas, que a entende como:

Disciplina que tem por objeto o estudo de uma relação específica do homem com a realidade, ou seja, do homem/sujeito que conhece com os objetos/testemunhos da realidade, no espaço/cenário museu, que pode ser institucionalizado ou não. Nas últimas décadas, com a renovação das experiências no campo da museologia, o entendimento corrente de que se trata da ciência dos museus, que se ocupa das finalidades e da organização da instituição museológica, cede lugar a novos conceitos, além do descrito acima, tais como, estudo da implementação de ações de preservação da herança cultural e natural ou estudo dos objetos museológicos (IPHAN, 2006, p.149).

A Arqueologia trabalha, também, com os vestígios das práticas humanas, embora de outra maneira, e estuda os materiais e a totalidade dos vestígios que testemunha as distintas épocas, buscando entender suas relações e o próprio contexto comparando-o com o Homem e o meio em que habita. Assim, entendeu-se que:

Valendo-se dessas considerações, pode-se concluir que, do ponto de vista aqui adotado, a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade de material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 2003, p.15).

Estes materiais utilizados como fontes de estudo são mais do que meros dados, tratam-se de importantes “peças” que fazem parte da história humana. A soma desses elementos, podemos entender como patrimônio arqueológico, que de acordo o Dicionário de Direitos Humanos:

O patrimônio arqueológico, segundo Mendonça de Souza e Souza (1983, p. 5) é: caracterizado como o conjunto de locais em que habitaram as populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus restos biológicos. O patrimônio arqueológico é assim integrado não só por bens materiais (artefatos de pedra, osso, cerâmica, restos de habitação, vestígios de sepultamentos funerários), mas também e principalmente pelas informações deles dedutíveis a partir, por exemplo da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal (BASTOS, 2006)⁴.

⁴ Citação retirada do site <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-Index.php?page=Patrim%C3%B4nio+arqueol%C3%B3gico>>.

Desse ponto de vista, embora tenham diferentes formas de operar a cultura material, ambas se aproximam na medida em que têm suas origens entrelaçadas e que se assemelham devido aos seus objetos de pesquisa. Ambas lidam com a materialidade como suporte para entender os sistemas sociais, os comportamentos humanos, as vivências, os vestígios da vida e da memória humana e valem-se disso para entender as relações do Homem com o seu meio e com o outro, contribuindo para a construção de identidades.

Com o intuito de entender as relações entre essas duas áreas do conhecimento, suas conexões, e de que forma contribuíram uma para o desenvolvimento da outra, faremos uma breve explanação a respeito da origem e trajetória das mesmas.

No século XV, com a influência do Renascimento, o Homem retoma nas artes os aspectos que aludem aos modelos clássicos e começa a colecionar objetos referentes a eles. Os materiais arqueológicos, portanto, já estavam presentes nessas coleções (JULIÃO, 2006).

O colecionismo está na raiz dos museus, pois desde remotos tempos, os objetos eram recolhidos de seu contexto utilitário para assumirem uma função simbólica, como por exemplo, no caso de oferendas aos deuses ou até mesmo aos mortos. Em relação aos significados simbólicos atribuídos a estes objetos:

Ainda que sejam intermediárias entre o mundo de cá de baixo e o do além, entre o profano e o sagrado, as oferendas podem ser, no mundo profano, objectos que representam o longínquo, o oculto, o ausente. Noutros termos, são intermediárias entre o espectador que as olha e o invisível de onde vêm. (POMIAN, 1984, p. 64).

Nos séculos XVI e XVII estas coleções cresceram devido ao financiamento de obras de arte por parte de alguns nobres, sendo acrescidas também por práticas de saques, pilhagens e pelas grandes navegações realizadas na Ásia e América. Além de mercadorias, também traziam objetos que eram recolhidos por conta de seu significado, e não tanto pelo seu valor de troca. Esta representação do desconhecido e do exótico também motivou alguns estudiosos a reunirem objetos. Tais práticas deram origem aos chamados Gabinetes de Curiosidades. Tratavam-se de verdadeiros depósitos de objetos do Homem e da Natureza, montados para serem admirados e garantir certo prestígio aos seus proprietários, contribuindo também para a afirmação e supervvalorização da cultura européia, que por vezes acreditava ter uma suposta supremacia perante as demais. Eram mantidos na maioria das vezes por príncipes e burgueses, interessados em colecionar, tendo como principais características a heterogeneidade e a exotичidade (BRUNO, 1995).

Esses locais baseavam-se na idéia de microcosmos⁵ e eram organizados em duas tipologias: *Naturalia*, que dizia respeito aos exemplares do Reino animal, vegetal e mineral e *Mirabilia*, subdividido em *Artificialia* (objetos produzidos pelo Homem), e as antiguidades ou materiais exóticos que remetem aos povos desconhecidos (chegavam por meio de vendas aos colecionadores ou presentes de viajantes), (POSSAS, 2005).

Vale enfatizar que estes acúmulos de cultura material possibilitaram o surgimento de diversas áreas científicas (BRUNO, 1992). No século XIX, a Antropologia e a Arqueologia nasceram também do estudo destas coleções resultantes de depósitos, que ocorreram durante séculos. Nisso estabeleceu-se um elo entre a ciência e o museu, que posteriormente ganhou caráter de pesquisa:

Durante o final do século XVIII e início do século XIX, constituíram-se os chamados museus de ciência ou museus enciclopédicos voltados para a produção de pesquisa científica por parte de especialistas formados para este fim. Por outro lado, desenvolveu-se a idéia de que os museus eram lugares também destinados a um público amplo que podia e devia se ilustrar com visitas periódicas a estas casas de memória e saber. (ABREU, 2008, p. 123).

Com a vinda do século XIX, algumas mudanças começaram a ocorrer nos museus, que passaram a preocupar-se com outras premissas que estavam sendo ignoradas ou pouco consideradas até aquele momento:

Entretanto, um olhar mais atento sobre os museus franceses, do início do século XIX evidencia algumas características que contribuíram, também, para a forma e função dessas instituições até os dias de hoje. Reconhecidos como centros de estudo e ensino, os museus também ficaram marcados, não só pelas inúmeras e sucessivas conquistas no que diz respeito à identificação, classificação e catalogação dos itens de seus acervos, mas também como instituições preocupadas com a conservação, segurança e melhor apresentação de suas coleções⁶ (BRUNO, 1996, p. 299).

Ainda de acordo com Bruno (op. cit. 1996) o aparecimento de museus como o Museum of Ethnology de Leiden situado na Holanda e criado em 1837 e o Musée d'Ethnographie Du Trocadéro de Paris fundado em 1884 são exemplos desta mudança de mentalidade, que tinha como propósito retratar o comportamento humano, bem como a sua evolução. Estes museus também foram resultado das Exposições Universais e da ampliação dos estudos na área da antropologia, o que fez com que os acervos arqueológicos tivessem

⁵ Para Raffaini (1993), os microcosmos representavam a idéia de uma reunião de objetos advindos de todos os lugares como tentativa de representar o universo, o todo.

⁶ Grifo nosso.

mais visibilidade e criassem uma nova categoria, ao invés de serem simplesmente colocados nos museus de ciências naturais.

Segundo André Prous (1992), no contexto brasileiro, contatou-se algumas mudanças ocorridas devido à vinda da Corte Portuguesa no início do século XIX, que acabou influenciando o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no país. Um exemplo disto é o fato da exploração ter deixado de ser algo exclusivo dos bandeirantes interessados nas riquezas coloniais, para dar espaço às pesquisas dos naturalistas, na maioria europeus. Estes se empenharam em analisar a natureza local e as populações indígenas, incentivando uma nova visão, que valoriza o aborígene como alvo de estudos científicos, que refletiu na formação de museus que abrigaram as primeiras coleções arqueológicas.

Concomitantemente, ainda segundo o autor, a Arqueologia brasileira promoveu relevantes pesquisas científicas e de campo, como no caso das escavações no sítio de Marajó na Amazônia entre 1880 e 1900, executadas por Emílio Goeldi. Outra contribuição brasileira foi a dos quadros comparativos⁷ publicados por Ladislau Neto.

Os museus da época também se fizeram presentes nas discussões em torno da Arqueologia, muitas vezes representados por seus diretores e mantenedores, que incentivavam o crescimento das pesquisas na área, aumentando a presença da arqueologia nos museus brasileiros, como podemos notar:

O grande interesse de D. Pedro II pela antropologia contribuiu para a implantação das primeiras entidades oficiais destinadas a ter um papel relevante na arqueologia brasileira. O monarca enriqueceu o Museu Nacional, onde estão depositadas coleções de material europeu e africano de algumas das primeiras escavações pré-históricas realizadas no mundo (como a de Georges d'Enfer). Logo depois da queda do império, o Museu Paulista tornou-se o grande rival do Museu Nacional, enquanto Emílio Goeldi reorganizava o Museu Paraense, de Belém, do qual dependeria mais tarde a arqueologia amazônica (PROUS, op. cit., p. 07).

O século XIX marca, portanto, um interesse explícito na busca pela produção e apropriação do conhecimento.

No século passado, teve início uma valorização maior das questões preservacionistas, resultando na preocupação com o patrimônio nacional. Desta forma, em 30 de novembro de 1937 o decreto-lei nº25⁸, art. 1º, passa a considerar o patrimônio arqueológico como

⁷ O Diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, contratou um egíptólogo para identificar as cerâmicas marajoaras. Este comparou os exemplares aos hieróglifos encontrados no Egito, na China, México e Índia, publicando em 1885 o que ficou conhecido como quadros comparativos.

⁸ Art. 1º instituiu o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, aumentando ainda mais a visibilidade da área.

No campo da museologia, meados do século XX, caracteriza-se por uma mudança no pensamento museológico, de forma que os museus atentaram para a sua função social, passando a serem considerados como locais de aprendizado e não de simples deleite. Esta nova significação passou a ser aprimorada através das técnicas comunicativas usadas nas exposições, bem como as ações educativas e inclusivas destinadas à sociedade, possibilitando a participação interativa da mesma, e levando-a apropriar-se moralmente destes espaços, estabelecendo assim uma maior aproximação entre os “leigos” e a ciência. Os museus passam a funcionar também como tradutores do cientificismo, popularizando-o entre a sociedade, práticas cada vez mais recorrentes e influenciadas pelos conceitos permeadores da Nova Museologia⁹, que indica a socialização da informação, bem como a construção de discursos juntamente com a sociedade e a participação da mesma nos processos museais.

Infelizmente ainda existem instituições que continuam com uma mentalidade voltada para as práticas dos gabinetes de curiosidades, mas os novos tempos trazem à tona discussões sobre a atuação do museu e sua função social. Sendo assim, estes “locais de memória” são cada vez mais considerados como grandes instrumentos auxiliadores na construção de identidades, justamente por buscarem a interação com o público, de forma que ele se aproprie dos bens. Desta forma, o patrimônio ao adentrar no universo museológico, necessita ser patrimonializado, para que adquira certas “qualidades” que são fundamentais na gestão e extroversão dos bens. Para isto, a museologia faz uso da musealização.

Com base nestas questões, vimos que existem muitas superfícies de contato entre a Arqueologia e a Museologia, e por outro lado, alguns distanciamentos que necessitam ser tratados. Todavia, neste trabalho monográfico especificamente, buscamos explanar sobre o tratamento que a cultura material deve ter ao chegar aos museus. Para isso, ressaltamos a aplicação dos processos de musealização do patrimônio arqueológico que adentram nestas instituições, considerando estas etapas como essenciais para a patrimonialização dos materiais arqueológicos, fazendo deles ferramentas de comunicação, função mister dos museus.

⁹ O Movimento Internacional da Nova Museologia surgiu no Canadá, mais precisamente em Quebec, no ano de 1984, influenciado pelas novas discussões realizadas na área, tendo como ponto principal a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), promovida pela Unesco. Nela os teóricos contestaram as práticas tradicionais, que valorizavam a exposição e a preservação das coleções como a finalidade de um museu, e começaram a pensá-lo como ferramenta de mudanças sociais, construtor de discursos e lugar de discussão crítica, à serviço da sociedade (JULIÃO, 2006).

1.2 A Musealização da Arqueologia

Como já mencionado, a musealização é uma ferramenta de suma importância e deve ser aplicada a qualquer realidade museológica, inclusive em museus de Arqueologia. Assim sendo, fizemos um apanhado geral em torno da questão dos acervos arqueológicos, de forma a considerar os processamentos neles aplicados desde o campo (coleta), perpassando pelas práticas de gerenciamento, chegando à extroversão¹⁰ da informação. Forneceremos neste subcapítulo, subsídios para melhor compreensão dos encadeamentos que perpassam a musealização, para que posteriormente possa-se focar naquela que é o maior interesse neste trabalho: a etapa documental.

Atualmente ainda são encontradas algumas instituições museais que endossam acervos arqueológicos e dão mais atenção à guarda e exposição dos mesmos, ignorando o grande potencial que eles possuem de promover a comunicação, por meio da informação:

Encarada quase sempre como uma questão meramente técnica, a preservação enquanto prática tem deixado, sistematicamente, em segundo plano, aspectos ligados à informação. Ferrez e Bianchini (1987) afirmam que, no Brasil, os acervos museológicos raramente são encarados como fontes de informação, razão porque pouco se investe no sentido de otimizar a transferência de informações no interior dos museus, cujas coleções são, sistematicamente, subutilizadas (LOUREIRO, 2000, p. 112).

Todavia, a Museologia utiliza-se dos processos de musealização¹¹ como base para uma prática preservacionista aplicada aos acervos presentes nos museus, independente da sua tipologia.

De acordo com Cristina Bruno (1995), a musealização gera produtos a serviço da sociedade, sendo eles a conservação do patrimônio, o gerenciamento da informação, os discursos expositivos, as ações educativas e os programas culturais, e tudo isso acaba por ter reflexos na construção de novas definições para os bens patrimoniais.

Logo, podemos entender a musealização como uma espécie de cadeia operatória, com ações que incluem procedimentos técnicos e científicos, que resultam em uma série de tratamentos nos bens patrimoniais, refletindo nas ações de extroversão, e oferecendo outros significados a estes materiais, no decorrer de sua trajetória.

¹⁰ Trata-se das formas de divulgação da informação. Nos museus, o principal tipo de extroversão é a exposição, no entanto, há outras maneiras, como ações educativas e publicações.

¹¹ Locais também podem ser musealizados, como no caso de sítios arqueológicos e ecomuseus, que musealizam os espaços, seu contexto social e comportamental. Todavia, neste trabalho, somente abordaremos a musealização aplicada aos acervos/objetos institucionais.

De forma mais direta, segundo Marília Cury (2006), a musealização começa no processo de aquisição¹² do material, passa pelos tratamentos de pesquisa, conservação e documentação e finalizada na comunicação. Grosso modo, trata-se de um procedimento que começa na aquisição da peça, segue no seu gerenciamento e acaba por gerar produtos: a exposição, as ações educativas, publicações e outras.

No caso da Arqueologia, a musealização inicia no próprio sítio, ou antes mesmo da escavação começar, como é comentado por Bruno (1996, op. cit. p. 307): “Assim, os museus de Arqueologia representam uma exceção, ao musealizarem simultaneamente os processos de trabalho e o objeto de estudo.” Contudo, a musealização de artefatos arqueológicos torna-se um processo de extrema complexidade, e que não depende tão somente do museólogo, pois cada área têm suas ferramentas específicas e competências variadas, mas irão se cruzar no momento em que os objetos entrarem no museu, justamente na gestão deste patrimônio.

Visto isso, é importante que haja interação entre os profissionais que gerenciam a escavação e o profissional do museu que endossa o trabalho arqueológico, ao invés de desempenharem suas funções separadamente:

Ao nosso entender, é absolutamente imprescindível que o museólogo participe da pesquisa, tanto em campo como em laboratório, para compreender sua finalidade e o processo científico pelo qual os dados são obtidos, registrados e analisados. Da mesma forma, o pesquisador deverá participar da concepção, elaboração e montagem da exposição, de modo a apreender a extensão e os limites desse meio de comunicação. E ambos devem trabalhar sobre o resultado obtido junto ao público (CALDARELLI; BRUNO, 1982, p. 144).

Considerando o que foi dito acima, entendemos que a musealização começa levando em consideração a etapa da aquisição¹³ e partindo do princípio que a maioria das vezes advém da coleta, e lembrando que as informações sobre estas são essenciais na musealização, conclui-se que os dados mais relevantes se fazem presentes no campo, durante a escavação, onde as peças estão relacionadas ao seu contexto. Com base nisto, é necessário que haja um comprometimento em coletar também os dados, pois caso sejam negligenciados, poderão vir a prejudicar o processo de musealização, fazendo com que os museus acabem por lidar com

¹² O processo de musealização apresentado por Cury é visto como uma cadeia operatória, no entanto, é importante que a comunicação seja uma construção presente em todo o processo, inclusive na aquisição, e não somente tratada como etapa final.

¹³ A arqueologia coleta a maior quantidade de objetos a fim de quantificar os vestígios, enquanto a museologia contemporânea, preocupa-se com a qualidade de informações presentes nos objetos, e “luta” contra o abarrotamento de reservas técnicas. Atualmente, discute-se a idéia de políticas de descarte, doação ou aproveitamento destes materiais para fins didáticos. No caso das novas escavações, tem crescido as discussões acerca de pensamentos voltados a diminuir a coleta, ou mesmo enterrar novamente os vestígios, permanecendo nos museus aqueles que apresentam maior relevância.

objetos, que nada poderão “dizer sobre si”, e que, portanto, perderão o seu valor comunicativo/educativo.

A aquisição deve ser registrada, e o fato de ambas as áreas trabalharem com o contexto, e não somente com o objeto, é importante que se estabeleça uma documentação eficaz, que atenda as demandas da pesquisa arqueológica, bem como as museológicas. A forma como é gerenciada a informação *in situ* poderá trazer bons ou maus frutos para este processo, pois um objeto separado das informações de seu contexto não poderá ser trabalhado da mesma forma e acaba tornando-se apenas uma peça de Museu.

A documentação, portanto, é um passo extremamente relevante, em que o profissional deve ater-se a apreender o maior número de informações acerca do sítio e dos artefatos, como, por exemplo, o registro do seu estado de conservação, fotografias, plotagem das peças e o acondicionamento feito *in situ*, pois “[...] as peças coletadas em expedições científicas e arqueológicas e que posteriormente se integrarem ao acervo do museu, deverão conter todas as informações do local onde foram recolhidas” (COSTA, 2006, p. 33).

Sabe-se que as escavações arqueológicas são destrutivas e irreversíveis. Por se tratarem de intervenções diretas no patrimônio coletivo, é necessário que haja um retorno à sociedade, e que as descobertas sejam socializadas. Uma forma de “abrandar” estas intervenções é recuperar o máximo de informação, de forma a propiciar ferramentas que dêem suportes a interpretação e divulgação da cultura material. Caso contrário, poderá resultar na perda dos dados que não poderão ser retomados:

Peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – deixam de ter qualquer valor para a arqueologia. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos. Só escavações cientificamente controladas permitem resgatar esses dados, fundamentais para que se extraia deles algum sentido. (LIMA, 2007, p.05)

Esta extroversão do patrimônio Arqueológico em forma de exposições, ações educativas, publicações e outras, se fazem no Museu com o auxílio do Museólogo e de uma equipe multidisciplinar, onde os dados do campo se farão imprescindíveis. Logo, a documentação é um dos processamentos pelos quais as peças são submetidas, devendo ser preenchidas com ética, de forma a registrar a evidência exumada, bem como os aspectos contextuais do sítio, como foi comentado por Lima.

Assim sendo, acreditamos que para o Museólogo é importante que os Arqueólogos, Conservadores e demais profissionais que participam da escavação disponibilizem ao museu os registros pessoais como, por exemplo, os cadernos de campo e anotações a respeito do estado de conservação dos materiais. Isso compõe a representação do histórico da campanha arqueológica.

No que diz respeito às práticas documentais, no Museu, as peças devem ser marcadas e catalogadas, as informações referentes ao acervo e ao sítio devem ser organizadas e sistematizadas. No entanto, o processo de documentação não cessa, pois a trajetória do objeto (restaurações, medidas de conservação, participação de exposições, aparecimentos em publicações, descobertas e pesquisas a respeito das peças) durante sua estadia na instituição também deve ser documentada, já que tudo isso faz parte da sua história.

No que tange a conservação, os museus que abrigam os materiais, devem se responsabilizar pela sua integridade, todavia, não é somente na instituição que começa a preocupação, mas durante a escavação:

Pero no es así porque la conservación del Patrimonio es una tarea de la sociedad entera y la mayor implicación debe exigirse a quien más contacto tiene con los bienes que deben ser conservados. En este sentido el arqueólogo es responsable de primera magnitud porque es el descubridor, quien primero toma contacto con los restos materiales de la cultura. Del mismo modo que cuanto más meticuloso y preciso sea el trabajo de campo será la información obtenida del yacimiento arqueológico, cuanto mayor atención se preste al estado de los materiales mayores posibilidades de conservación tendrán (NAJERA, 1988, p. 71).

Todos os processos que incluem a conservação dos objetos devem ser documentados, pois se tratam de intervenções diretas e/ou medidas que retardam a degradação ou estabilizam os objetos, influenciando diretamente na materialidade dos mesmos. A documentação, por sua vez, também é uma ferramenta de preservação da historicidade do material, uma forma de conservação.

É importante que a conservação, no caso dos sítios arqueológicos, seja pensada também antes e durante a escavação. De preferência, com a presença de profissionais que atendam as demandas de campo:

Toda intervención arqueológica debería de contar con un equipo multidisciplinario y/o intermulti-diciplinario especializado en conservación y restauración de bienes muebles e inmuebles, que sea el único responsable de asegurar la conservación de los diferentes hallazgos. Esto con el fin de evitar la pérdida de posibles datos y así conservar el contexto histórico de los objetos. Muchas veces los arqueólogos intervienen directamente sobre los objetos encontrados y se ve obligado a realizar procesos, generalmente sin una preparación científica previa (LACAYO, 2001, p. 453).

Devem-se estabelecer medidas que garantam a integridade do acervo, organizando estratégias de acondicionamento temporário e intervenções caso haja necessidade de estabilização (Fig. 01). O trabalho continua na instituição, onde o objeto necessita ser armazenado na Reserva Técnica nas condições ideais de temperatura e umidade, de modo a não comprometer sua estrutura, bem como a das demais peças. Obviamente, também há um cuidado na segurança do acervo quando este é exposto, tomando medidas para que seja conservado.



Figura 01 - Estabilização de fragmento ósseo com Primal 20%, durante a escavação de 2010 no sítio PS03 – Totó, Pelotas/RS.

Foto: Jaime Mujica, 2010.

A pesquisa, assim como a documentação, é importante antes, durante e posteriormente à escavação, bem como as análises laboratoriais, que podem e devem ser acrescentadas na documentação. A história do local, por exemplo, deve ser levada em conta, pois ela influencia diretamente na tipologia do sítio e muitas vezes nos ajuda a entender a disposição dos achados. Assim:

A atividade de pesquisa tem como objetivo a construção do conhecimento, tomando como referencial o cotidiano, qualificando como patrimônio cultural, ou seja, observação, análise e interpretação da realidade, qualificada como patrimônio cultural. Esse conhecimento é construído na ação museal e para a ação museal, em interação com os diversos grupos envolvidos. Não se trata, da pesquisa que se esgota na mera descrição e análise dos objetos. A pesquisa alimenta todas as ações museológicas, em processo (SANTOS, 2002, p. 312).

Depois de passar por todos estes processos e com o auxílio interdisciplinar dos profissionais atuantes no museu, o objeto arqueológico está preparado para ser “divulgado” ou extrovertido. Esta é a função basilar do museu. Existem variadas formas de divulgação¹⁴, mas as principais são as ações educativas e exposições museológicas. No entanto, para que haja uma boa extroversão deve também haver um momento de introversão e, neste ponto, a documentação, mais uma vez torna-se primordial, pois dará o suporte necessário para a comunicação, que dará um sentido para a preservação do patrimônio:

O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere, ou mesmo não lhe restitui, o caráter de documento. A preservação não justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação (CHAGAS, 1994, p. 42).

Trata-se de um momento onde é construído um discurso com base nas primeiras fases da musealização já citadas, e deve possibilitar um diálogo entre a instituição e o visitante, estabelecendo assim o processo de comunicação, lembrando que o Museu é um terreno fértil para a realização de ações educativas e ferramenta de mudanças sociais, que deve ser construído com a sociedade e para ela, num processo cíclico, de forma que não falamos “para” os visitantes, e sim “com” eles, segundo Santos (1996, op. cit.).

Como observado neste capítulo, a musealização é um princípio fundamentador do museu. Todavia, neste trabalho, que visa antes de tudo analisar as interfaces entre as áreas da Arqueologia e da Museologia no que diz respeito ao gerenciamento de informação, tratou-se de focar na parte da musealização onde as duas áreas se interpõem, fase que arriscamos a dizer ser a mais importante para que as demais se cumpram: a etapa documental.

1.3 Documentação

A documentação como já visto, é uma importante fase do processo de musealização, mas ela acontece de formas diversas, atendendo às demandas por vezes distintas.

Nestes sub-capítulos referentes à documentação, fizemos uma síntese das orientações voltadas para a construção das documentações museológica e arqueológica, para que, em um

¹⁴ Em algumas campanhas arqueológicas trabalha-se com uma mistura de divulgação e construção do conhecimento, onde a sociedade é convidada a participar ainda durante o processo de pesquisa. Muitas instituições estão focando na arqueologia a partir do ponto de vista que ela é um processo que deve ser pensado em conjunto, ao invés de apresentar o produto final em formas de exposições.

segundo momento, seja estabelecida uma comparação que nos permitirá entender a que serve cada tipo de documentação. Isto, nos dará subsídios para a análise da documentação do MAE-UFPR, realizada no segundo capítulo.

1.3.1 Documentação Museológica

Neste momento, buscou-se compilar os aspectos considerados relevantes no processo de documentação museológica, a partir de alguns autores trazidos para a discussão.

A Museologia como profissão reconhecida, conta com diretrizes e parâmetros mínimos que orientam as práticas nos museus. No âmbito da documentação, o Código de Ética para Museus¹⁵ estabelece que os acervos dos museus devem ser catalogados de forma a descreverem suas peças, a sua procedência, o contexto a que pertenciam, bem como o seu estado de conservação e a situação atual, no que diz respeito aos tratamentos, e a sua localização no interior do museu. Além disso, estes documentos devem estar seguros e deve ser possível a recuperação da informação. Esta necessidade é corroborada pelo Estatuto de Museus¹⁶ que diz ser obrigação destas instituições a confecção de uma documentação atualizada sobre os acervos, na forma de registros e inventários.

A prática da documentação museológica trata-se de um processo contínuo, que registra e, portanto, perpetua os dados sobre o objeto desde a sua origem, materiais empregados, até mesmo a sua trajetória dentro do museu. Ela é importante para que se tenha um controle do que há na instituição e para registrar, como anteriormente mencionado, as informações relevantes dos acervos. Percebe-se então, que:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p. 65).

O ato de documentar estabelece uma ligação entre o objeto e a sua informação. Para entendermos melhor os aspectos considerados pela Museologia no processo documental, a

¹⁵ Código de Ética Profissional do ICOM (Conselho Internacional de Museus), aprovado em 1986 e editado em 2004.

¹⁶ Instituído pela Lei n° 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

autora cita as categorias de informação referentes aos objetos, sugeridas por Peter Van Mensch, que norteiam as bases em que a documentação deve se apoiar, sendo elas:

Tabela 1 - Categorias de informação referentes aos objetos

Propriedades físicas dos objetos (descrição física)

- a) composição material;
- b) construção técnica;
- c) morfologia (forma espacial, dimensões; estrutura da superfície; cor; padrão de cor, imagens; texto).

Função e significado (interpretação)

- a) significação principal (subdividido em): significado da função; significado expressivo (valor emocional);
- b) significado secundário: significado simbólico; significado metafísico.

História

- a) gênese: processo de criação onde idéia e matéria-prima se transformam em objeto;
- b) uso: inicial, geralmente de acordo com a intenção do criador; reutilização;
- c) deterioração, ou marcas do tempo: fatores endógenos; fatores exógenos;
- d) conservação, restauração.

Fonte: Adaptado de Ferrez (1994).

Portanto, pode-se entender a documentação como uma prática que permeia todas as etapas museológicas, pois todo e qualquer material que é agregado ao museu deve ter seus dados documentados, tanto no que concerne a informações intrínsecas (que dizem respeito à constituição do objeto) e extrínsecas¹⁷ (dados correspondentes ao contexto), quanto à organização do objeto dentro do acervo e sua procedência, além de sua trajetória dentro da instituição.

O Brasil não conta com modelos¹⁸ de documentações nacionais, mas com alguns manuais que orientam sobre metodologias a serem utilizadas na documentação museológica.

Para melhor embasar o leitor, fez-se uma revisão bibliográfica, com o intuito de compilar as diretrizes que orientam os profissionais, acerca das informações que devem ser consideradas no processo documental, que aqui separamos em: aquisição, marcação, livro de inventário ou livro tombo, fichas catalográficas, registro fotográfico, fichas de indexação e banco de dados.

¹⁷ Este termo também foi denominado por Mensch em 1987.

¹⁸ O Conselho Internacional dos Museus (ICOM) por meio do Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC) apresenta algumas propostas para a documentação museológica. Para saber mais ver, <<http://cidoc.mediahost.org/>>.

Obviamente, antes de tudo, os museus devem possuir regimento, que regule as práticas realizadas pelo mesmo. No que diz respeito aos acervos, deve-se estabelecer uma política de aquisição e descarte dos materiais, a qual deve estar em consonância com a missão do mesmo.

A *aquisição* é a forma como o museu adquire seu acervo. Pode ser classificada em coleta, doação, permuta, compra, empréstimo, transferência, depósito, legado e outros. (SANTOS, 2000). Com exceção da coleta, como no caso da arqueologia, sempre que for adquirida alguma peça, é importante que se confeccione um termo que descreva o objeto e que seja assinado pelo responsável da instituição e o membro concedente.

Segundo Primo e Rebouças (1999), a *marcação* do acervo é feita de acordo com o material, podendo ser feita diretamente na peça, ou em formas de etiquetas presas. A numeração também fica à critério do Museu, permitindo a identificação de cada objeto, bem como a relação entre os conjuntos.

A primeira forma de registro é o *livro tombo*, que se trata de um “cadastro” onde constará a relação do acervo. É uma ferramenta legal que garante o “tombamento”, dos bens ali descritos, na esfera do Museu. Alguns museus fazem seus inventários com base nas tipologias dos seus acervos, sendo eles divididos em vários livros. Segundo Santos (2000, op. cit.), o livro tombo deve ter todas as suas folhas numeradas de forma contínua, rubricadas pelo responsável, sem pular linhas e sem apagar ou rasurar dados. É importante que seja guardado, seguro, e se possível com uma cópia em outro local, já que se trata do registro de todas as peças que estão sob a tutela do Museu. Além disso, deve apresentar termos de abertura e fechamento que explicitem o número de páginas, para evitar eventuais confusões quanto à quantidade de registros feitos. Para a confecção do livro tombo, seus tópicos devem ser baseados nos seguintes campos de preenchimento:

Tabela 2 – Exemplo de livro tombo

livro tombo

- Numeração corrida
- Número do objeto
- Nome do objeto
- Técnica ou material
- Data
- Autor (pode ser também a marca)

Fonte: Adaptado de Santos (2000).

O seguinte passo é a criação das fichas catalográficas/de catalogação/de processamento técnico/ que fazem uma descrição mais completa sobre os objetos.

Tabela 3 – Exemplo de fichas catalográficas

Ficha catalográfica

- Nome da instituição (podendo aparecer no cabeçalho da ficha)
 - Número de registro (refere-se à identidade do objeto)
 - Categoria (é um sistema que se baseia na função do objeto, Ex: Etnografia “ET”).
 - Nome do objeto
 - Título (em caso de obras de arte, por exemplo)
 - Autor (quem confeccionou)
 - Época/data/período (datações da sua feitura)
 - Estilo (Considera o somatório das características da peça. Ex: Estilo Gótico)
 - Procedência (Local de onde vem, ou onde foi achado)
 - Origem (Onde o objeto foi elaborado)
 - Material e Técnica
 - Fabricação (onde foi fabricado, exemplo: Casa de fundição)
 - Dimensões (considera-se também o peso)
 - Inscrições
 - Marcas (de fábrica ou autoria)
 - Assinatura
 - Forma de Aquisição (coleta, doação, permuta, compra, empréstimo, transferência, depósitos, legado e outros)
 - Valor (avaliação feita para fins de seguro)
 - Estado de Conservação (bom, regular ou ruim)
 - Restauração (histórico das intervenções realizadas)
 - Descrição
 - Dados biográficos (referência de sua participação em eventos, ações educativas)
 - Referências bibliográficas (publicações onde o objeto é citado)
 - Exposições (participações do mesmo em exposições)
 - Observações
 - Fotografia (espaço para foto, e número do arquivo digital ou negativo)
- Para um melhor complemento, acreditamos ser necessária a adição de um campo referente aos números antigos, objetos relacionados, responsável pelo preenchimento e a localização (Reserva Técnica, Exposição ou fora do museu).

Fonte: Adaptado de Santos (2000) e Costa (2006).

O *registro fotográfico* é uma documentação visual do acervo. As fotos podem ser impressas ou digitais, com numeração documentada na ficha catalográfica, como foi descrito anteriormente.

A *ficha de indexação* é uma opção que se mostra muito eficiente, pelo fato de possibilitar encontrar a numeração dos objetos para que a partir disso se vá até as fichas catalográficas e se encontre a localização exata dos mesmos.

Tabela 4 – Exemplo de ficha de indexação

Ficha de indexação		Nome					Chapéu		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0220 ¹⁹	0021	0042	0133	1344	0065	1906	1077	1008	0009

Fonte: Adaptado de Fausto Santos (2000, op.cit.).

Os *bancos de dados* são alternativas rápidas de recuperação da informação, servindo para gerenciar o acervo. Todavia, mesmo com a adoção destes mecanismos, é aconselhável que seus dados sejam impressos, para não correr o risco de perda.

A gestão dos acervos museológicos faz necessárias pesquisas permanentes que abarquem um sistema documental que tenha a competência de embasar as outras ações que o museu desenvolve. Visto isso, a instituição deve possuir ferramentas eficientes que possibilitem o acesso aos dados relevantes, atendendo as demandas no que diz respeito à identificação, classificação e inventário do acervo (CÂNDIDO, 2006).

1.3.2 Documentação Arqueológica

Depois da discussão até aqui estabelecida acerca da documentação museológica, busca-se entender as demandas da documentação arqueológica, visando finalmente estabelecer suas proximidades e distanciamentos.

A documentação arqueológica é uma ferramenta muito importante no processo de musealização, sobretudo por garantir a salvaguarda das informações intrínsecas e extrínsecas que correspondem aos objetos. No caso das coleções arqueológicas, a coleta dessas informações torna-se essencial durante a escavação, visto que o Arqueólogo deve preocupar-se em extrair o máximo de dados que referenciem os materiais que serão coletados, como já comentamos anteriormente. Pois uma vez retirados do solo, se os detalhes não forem documentados, perde-se parte do contexto que não poderá ser reconstituído. O processo de documentação, também tem o intuito de fomentar o conhecimento e dar suporte a pesquisas futuras.

¹⁹ Este modelo de Ficha de indexação permite a procura do acervo a partir do último número. Exemplo: colocamos o chapéu nº 0220 na fila “zero”, pois refere-se ao último número da seqüência.

Para melhor entendimento acerca da organização desta área, utilizamos os pressupostos de Fowler e Givens, mencionados por Silva e Lima (2007), onde as documentações arqueológicas são separadas em quatro tipos:

- Documentações primárias - Estabelecem o contexto em que estavam os materiais, possibilitando assim as pesquisas arqueológicas que contribuirão com a história. São divididas em documentos elaborados em campo (planilhas de escavação, croquis, mapas, relatório de evidências físicas, caderno de campo, fotografias e filmagens) e documentos de acesso (elaborados no local de guarda, e servem para o gerenciamento do acervo. São os catálogos e inventários. Também faz parte desta categoria os documentos legais, fichas de conservação e restauração feitas em campo, no laboratório ou no próprio museu);
- Documentações Analíticas – São divididas em Primárias (são referentes às análises laboratoriais, como classificação, medição, análise de ossos, de pólens, de composição da cerâmica e etc) e Secundárias (planilhas qualitativas e quantitativas que analisam as informações primárias);
- Documentações administrativas - Tratam-se do projeto de pesquisa, contratos, correspondências, registros financeiros e etc.;
- Relatórios - São documentos que descrevem as metodologias utilizadas, a tipologia do sítio, materiais encontrados, ou qualquer outro aspecto relevante, bem como suas análises.

No caso da Arqueologia, existe também uma instituição responsável por direcionar as práticas que tangem a preservação do patrimônio arqueológico, sendo ela o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este foi criado em 1937 e é vinculado ao Ministério da Cultura, sendo ele responsável em escala nacional, pela autorização de pesquisas, fiscalizações, gestão e preservação do patrimônio arqueológico. No entanto, a profissão de Arqueólogo, ainda não regulamentada, conta com a Sociedade de Arqueologia Brasileira²⁰ (SAB) que se mobiliza quanto aos assuntos da área.

²⁰ A SAB é dividida em dois grandes núcleos regionais, a SAB-Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e a SAB-Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo).

No que tange à nossa área de interesse, a documentação, são mencionados na portaria n°07 de 1988²¹, instituída pelo IPHAN, alguns apontamentos a respeito dos relatórios técnicos que devem ser entregues ao mesmo.

Os relatórios emitidos durante a execução da escavação devem apresentar o cadastro²² dos sítios; as medidas utilizadas (inclusive referentes à proteção e conservação), a descrição do material e identificação da instituição que promoverá a salvaguarda, os processos que garantirão a valorização do potencial científico, cultural e educacional; plantas e fotos que indiquem onde foram feitas as intervenções; fotografias das peças relevantes; plantas, desenhos e fotografias das estruturas e das estratigrafias; plantas que mostrem os locais onde se pretendem efetuar outras etapas da pesquisa e indicação dos meios de divulgação dos resultados da pesquisa (art. 11º).

Ao término, é necessária a apresentação do relatório final, que deve conter os dados indicados no Art. 11º, com exceção das plantas referentes a outras etapas da pesquisa; a listagem dos sítios cadastrados através do projeto e a relação do material coletado e os dados sobre seu acondicionamento, bem como a indicação do responsável pela salvaguarda e manutenção do mesmo (art. 12º).

Ao analisar as exigências apresentadas na portaria 07/88, pode-se constatar que as informações requeridas pelo IPHAN não atendem às demandas atuais que dizem respeito à defasagem de informações, pois são pedidos relatórios sobre as ações, não deixando em explícito as informações que devem constar, e não dando nenhuma orientação de como toda esta documentação será sistematizada no laboratório e no museu.

Igualmente, como a Museologia, a Arqueologia não conta com uma documentação padronizada de âmbito nacional, que facilitaria a organização das informações e o intercâmbio entre instituições, além de facilitar o cruzamento de pesquisas no território nacional. Todavia, o seu caso torna-se mais preocupante, pois nem o IPHAN nem a SAB efetuaram nenhum modelo de documentação para a área, mesmo sendo este um tema discutido nos principais fóruns de debate no meio²³.

²¹ Portaria n.º07 de 01 de dezembro de 1988. Submete à proteção do poder público, pela sphan, os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

²² Atualmente, os Sítios são cadastrados no IPHAN, segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), que comentaremos posteriormente.

²³ No encontro da SAB-Sul em 2010, realizado em Jaguarão, na mesa redonda intitulada “Endossos e Acervos: Questões de Arqueologia Regional”, mediada pelo museólogo e representante da Universidade Federal de Pelotas, Prof. MSc. Diego Lemos Ribeiro foi discutido a importância de critérios de coleta (amostragem) de descarte e da própria documentação arqueológica, entendendo que são dois grandes problemas atuais que acarretam o abarrotamento de Reservas Técnicas e o acúmulo de objetos desprovidos de informação, trazendo problemas para a musealização.

Por outro lado, também não se obteve acesso a nenhum manual que oriente a respeito da criação de planilhas, etiquetas, ou até mesmo catálogos e inventários. A forma como os objetos são registrados no campo é distinta, seguindo os protocolos estabelecidos pela equipe de arqueólogos e demais profissionais que participam das escavações.

A necessidade de gerenciar o patrimônio, fez necessária a criação de mecanismos que auxiliassem nas demandas das pesquisas arqueológicas. Para isto, o IPHAN desenvolveu o sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico em 1997, que compreende o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e o Banco de Portarias Arqueológicas (BPA), ambos disponíveis no site²⁴ do mesmo. Para a consulta dos Sítios, há um formulário (fig. 02), que após preenchido, dispõe o detalhamento do sítio (Anexo A). Além disso, também é possível consultar as portarias referentes às escavações cadastradas, através do Banco de Portarias de Arqueologia (BPA), mostrado na (Fig. 03), de forma que a mesma também nos possibilita um maior detalhamento, disponibilizando o número da portaria, a data de publicação, o prazo e o nome.

Consulta sobre Sítios Arqueológicos

Preencha obrigatoriamente o estado:

Município:	<input type="text"/>	Histórico:	<input type="checkbox"/>
Estado*:	<input type="text"/>	Pré-Colonial:	<input type="checkbox"/>
Nome do sítio:	<input type="text"/>	De Contato:	<input type="checkbox"/>
Responsável:	<input type="text"/>	ok	limpar

Figura 02 – Consulta sobre Sítios Arqueológicos

Fonte: Site do IPHAN

²⁴ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>>

Figura 03 – Formulário que dá acesso ao banco de portarias.

Fonte: Site do IPHAN

Mesmo considerando o fato de ambas as áreas trabalharem com a cultura material e o contexto onde se encontram, na nossa visão, existem algumas diferenças nas formas de registro destas informações. A arqueologia preocupa-se em coletar os dados científicos que utilizará na pesquisa, enquanto a museologia interessa-se pelo gerenciamento e divulgação dessa informação. Logo, uma acaba por complementar a outra a partir do momento em que se cruzam dentro do museu, pois o museólogo necessita das informações científicas e, por outro lado, de nada valeriam ter tais informações e não geri-las de forma eficaz. Sendo assim, a competência do Arqueólogo, bem como a do Museólogo, são distintas e devem ser respeitadas. No entanto, deve-se trabalhar em conjunto, para que o resultado do gerenciamento arqueológico seja eficaz.

Visto isso, utilizamos o aporte teórico que montamos até este momento, para analisar a documentação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, a fim de observar como se dá o gerenciamento das coleções arqueológicas.

Capítulo 2 - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná: um estudo de caso

Como já mencionamos, o segundo capítulo deste trabalho monográfico refere-se a um estudo de caso realizado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR). A intenção é a de observarmos os documentos e as formas de gerenciamento das coleções da unidade de arqueologia, e analisar se há uma separação das documentações arqueológicas e museológicas, na tentativa de ver, na prática, a situação documental de um museu que salvaguarde acervos arqueológicos. Na mesma medida, tivemos o interesse em entender como os antecedentes históricos, tanto na esfera do MAE quanto de uma maneira geral, assim como a ausência de normatização, influenciaram nas práticas que tangenciam a documentação e o gerenciamento de dados.

No primeiro contato com o “campo”, pudemos averiguar que no Museu existem problemas referentes a esse tema, confirmando o que fora discutido no nosso corpo teórico, notadamente no que se refere à ausência de normas, desde o início das pesquisas, acompanhado de pouca atenção dispensada à documentação primária. Desta forma, os antigos museus de arqueologia serviam como verdadeiros depósitos de peças, pois por muito tempo os Arqueólogos enfatizaram mais a escavação e menos a salvaguarda e, atualmente estas questões refletem na dificuldade dos pesquisadores em estudar estas coleções. Credita-se tal fato pela insuficiência de informações contextuais sobre a cultura material e/ou pelo gerenciamento inadequado, realidade esta que também faz parte da história do MAE-UFPR.

Para a realização deste estudo, analisamos as documentações institucionais (relatórios) para mapear as práticas de documentação e gerenciamento, já que estes se mostraram um importante instrumento de registro destes processos. Além disso, foi necessária a observação da documentação relativa ao próprio acervo (fichas catalográficas e livros tombo antigos), visando entender, por meio dos itens de preenchimento escolhidos, os campos considerados relevantes à Museologia e Arqueologia. Posteriormente, foram observadas as etapas utilizadas na confecção da nova documentação que está em processo de implementação.

2.1 A História do MAE-UFPR²⁵

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE UFPR) localiza-se na cidade de Paranaguá, litoral do Paraná. O edifício onde foi instalado data de 1755, e fica na antiga sede do Colégio dos Jesuítas, prédio tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPHAN). Foi restaurado entre os anos de 1948 e 1953 e, em 1958, confiado à UFPR. Neste período começaram os esforços para a montagem do primeiro museu universitário do Estado do Paraná (à época, intitulado Museu de Arqueologia e Artes Populares – MAAP), por intermédio do Departamento de Antropologia da universidade e de José Loureiro Fernandes.

Vale destacar que, de acordo com o livro José Loureiro Fernandes – O Paranaense dos Museus, a instituição foi inaugurada em 29 de julho de 1963, contrariando a data “oficial” indicada nos folders do Museu: *“Durante muitos anos o aniversário do MAAP foi comemorado, equivocadamente, em 25/07/62”* (FURTADO, 2006, p. 343).

Em 1990, o Museu passou por uma reestruturação e, em 1999, teve seu nome alterado para Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Paraná.

A proposta inicial do Museu era focar nas tradições populares e nas pesquisas arqueológicas, mas, com o passar dos anos, outros enfoques foram dados. Atualmente, o MAE é dividido em quatro unidades: Arqueologia, Cultura Popular, Etnologia e Documentação Sonora, Visual e Textual.

Como já comentamos, a sede expositiva do MAE-UFPR localiza-se em Paranaguá. No entanto, conta com mais duas sedes, sendo elas a Reserva Técnica (o acervo foi transferido em 2005, e o edifício inaugurado em 2006) e a Sala Didático-Expositiva no Prédio Histórico da UFPR, ambas localizadas em Curitiba. As análises foram efetuadas na sede da Reserva Técnica, devido ao fato de a mesma armazenar o acervo e a documentação.

A Unidade de Arqueologia (UNARQ) foi escolhida para o estudo de caso, por conta da afinidade com o tema que estamos abordando. Dela fazem parte cerca de 60.000 peças, das tipologias lítica, cerâmica, osteontológica e malacológica. Estas coleções derivam das primeiras pesquisas realizadas no Paraná feitas entre 1950 e 1970, doações de instituições ou particulares e de compras.

²⁵ Informações retiradas do folder do Museu.



Figura 04 – Sede da Reserva Técnica em Curitiba.

Foto: Ana Paula Leal, 2011.

2.2 A Documentação e o Gerenciamento ao longo dos anos

Neste momento faremos uma explanação acerca das metodologias utilizadas no gerenciamento do acervo, de forma a mapear e entender as tentativas de organização da documentação. Para isto, analisamos os únicos documentos, aos quais tivemos acesso, que faziam referência ao tema, sendo eles os “relatórios” de 1990/1991, 1996 e 2002.

No relatório das atividades desenvolvidas no período de agosto de 1990 a julho de 1991, que diz respeito ao projeto “Identificação e Registro do Acervo Malacológico do Museu de Arqueologia e Artes Popular (MAAP)”, realizado - pelos bolsistas Cláudia Maria de Azevedo e Sotomaior Macedo e orientado pela prof. Zulmara Clara Sauner Posse – é feito o seguinte relato:

Até 1989, este acervo encontrava-se jogado ao chão de uma sala da reserva técnica. A maior parte desse acervo não havia sido analisada nem numerada, sendo que não existia nenhum registro de sua entrada no Museu. Situação semelhante ocorria com os demais acervos: etnográfico, iconográfico e histórico. [...] **Inicialmente, procedeu-se a organização do acervo arqueológico em gavetas, de acordo com o sítio a que pertenciam, bem como ao tipo de matéria prima de que eram compostos.** Somente após esta prévia organização, é que se iniciaram os projetos de pesquisa propriamente ditos [...]²⁶.

O depoimento a respeito da situação do acervo no MAE-UFPR salienta dois aspectos importantes de serem reforçados. O primeiro indica a organização baseada na tipologia dos

²⁶ Grifo nosso.

materiais, o que acarreta um problema de ordem contextual, pois estes foram retirados da separação original, feita pelos Arqueólogos que efetuaram a coleta, sem que este processo fosse documentado. Outro ponto é a falta de uma preocupação inicial com a curadoria desses materiais, desde a coleta de dados, até o gerenciamento. Isto dificultou e ainda hoje atrapalha os processos de organização deste acervo, situação lamentável que faz parte do cenário dos museus de Arqueologia:

Se já havia uma tendência natural, na disciplina, de emendar uma pesquisa de campo com outra, tal como apontado por Francis P. MacManamon, sem que o material recolhido na anterior tivesse sido devidamente curado, analisado e publicado, com a intensificação dos contratos, as pilhas de sacos trazidos das escavações e não processados aumentaram exponencialmente e, junto com elas, os riscos de sérios prejuízos ao patrimônio arqueológico da nação. (LIMA; RABELLO, 2007, p.246).

O próximo documento a ser observado é o projeto “Reestruturação da Reserva Técnica em Arqueologia”, também orientado pela Profª. Zulmara, que foi a primeira tentativa de documentar de uma forma geral as coleções. Este descreve as ações referentes à organização documental, que até então estava recebendo pouca atenção, como acabamos de comentar. Essas atividades foram realizadas entre 1989 e 1990, e no referido Relatório foram divididas em tópicos, sendo que os primeiros quatro itens dizem respeito às ações correspondentes ao período de outubro a dezembro de 1989, enquanto os demais correspondem aos meses de janeiro, fevereiro e março. Logo, foram realizadas as seguintes atividades:

- a) levantamento topográfico - incluiu a numeração das gavetas presentes na Reserva Técnica (na sala 4), a identificação do material, troca dos 18 armários da sala 4, para o corredor do 1º andar, troca dos sacos e etiquetas dos materiais e separação dos materiais por sítios e a remessa do material que não possuía qualquer registro;
- b) identificação detalhada do material - comportou a etiquetagem e identificação de alguns materiais presentes na Reserva Técnica, separação dos armários por sítios, etiquetação interna e externa das gavetas (constando os números de armário, gaveta, o material, a procedência e a data) e organização dos materiais dentro dos armários obedecendo a ordem: lítico, ósseo, cerâmico e conchífero;
- c) fichário - confeccionado um fichário cruzado das peças da Reserva Técnica, 153 fichas topográficas, que tinham como dados o número de série do objeto, o material e a localização, além de estarem separadas por sítio e material. Além disso, é citada a confecção de 1162 “fichas descritivas” que apresentavam os

números de armário e gaveta, o material, descrição, procedência, data de escavação, tipo de jazida e referências bibliográficas;

- d) leituras sobre os temas museu, cultura, patrimônio e arqueologia;
- e) levantamento da bibliografia presente no Museu, que pudesse complementar as fichas;
- f) pesquisa de laboratório - interpretação de fragmentos de cerâmica sem procedência pelo “método de Clifford Evans”, além de comparação com trabalhos publicados sobre o mesmo método de análise;
- g) restauração - nos fragmentos de cerâmica sem procedência e em alguns da Reserva Técnica sem condições de serem expostos;
- h) lista dos bolsistas que participaram do projeto - Clóvis A. de Lima, Juliane Budant, Jorge R. C. Pereira e Jaqueline Ribeiro.

De acordo com um dos objetivos deste trabalho, analisamos estas práticas no intuito de entender as mentalidades que permearam esta documentação. Com relação ao levantamento topográfico, as ações foram importantes para o reconhecimento preliminar do acervo e sua organização nos armários, de acordo com a separação por sítio. Notamos que foram feitos alguns descartes de materiais que acreditavam não ter relevância para o Museu, justamente por não possuírem qualquer informação. A questão da troca dos suportes de acondicionamento (sacos) e de identificação (etiquetas), não foi bem explicitada. Durante a nossa pesquisa, notamos que algumas etiquetas da década de 1970 foram retiradas dos materiais, mas como estes processamentos não foram documentados, não sabemos em que momento estas mudanças ocorreram. No entanto, este relatório indica a troca das etiquetas, podendo ser estas que acabamos de comentar.

A etapa da identificação detalhada do material conduziu para um processo que possibilitou a compreensão, com o máximo de detalhes possível, tanto dos suportes de armazenamento (armários e gavetas), quanto dos próprios materiais. Criaram-se critérios que obedecem a uma organização maior das coleções, por sítio e por ordem de tipologias, o que, do ponto de vista da conservação, torna-se importante, pois se respeita a especificidade de cada material, ao invés de se misturarem peças de composições diferentes.

Em relação ao fichário, trata-se do início da documentação de gerenciamento de dados, que ligaria a informação ao objeto. Nesse caso, o fichário cruzado tem a finalidade de cruzar informações, funcionando como uma espécie de ficha de indexação (comentada no primeiro capítulo), pois consta no cabeçalho das fichas, a tipologia, para depois indicar os

Sítios e a localização. As fichas topográficas separam os materiais individualmente ou por conjuntos, e facilitam a localização de cada peça. Por outro lado, as fichas descritivas cumprem o papel daquilo que no primeiro capítulo chamamos de fichas catalográficas, pois descrevem as peças e registram a maior parte das informações que se tem sobre elas. Durante a pesquisa realizada na Reserva, analisamos os diferentes modelos de fichas e, ao compararmos com os dados deste relatório, chegamos a algumas conclusões: acreditamos que o fichário cruzado corresponda às fichas representadas pela Fig. 05. As fichas topográficas serviam para a localização do acervo. E, de conformidade com os dados encontrados, cremos serem aquelas correspondentes à Figura 06. As fichas descritivas seriam aquelas da Fig. 07.

No que diz respeito às leituras e levantamentos bibliográficos, percebemos uma tentativa de complementar os dados que não se faziam presentes nas etiquetas, que até então eram as únicas informações a respeito dos materiais. Isto é importante, pois faz parte das características extrínsecas dos objetos, que a equipe do museu pode e deve buscar em outros meios. Por outro lado, as leituras a respeito de temas ligados aos museus mostram uma preocupação quanto ao tratamento do patrimônio arqueológico, mostrando-nos haver um interesse por questões de âmbito museológico.

A restauração e a aplicação de métodos demonstraram a preocupação nas análises em si, bem como a montagem de alguns materiais. Trata-se de estudos posteriores às pesquisas, sobre materiais sem procedência.

Sendo assim, observamos diversas características nesta documentação que atentam para o gerenciamento da cultura material, embasados em visões museológicas.

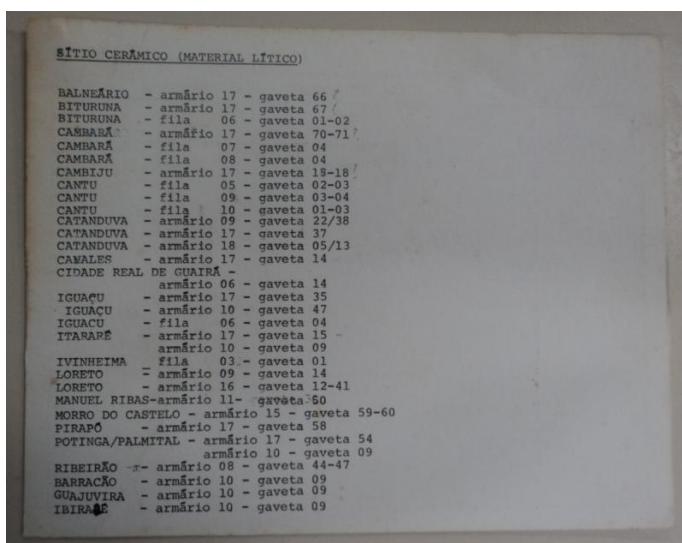


Figura 05 – Ficha do fichário cruzado.

Foto: Ana Paula Leal, 2011.

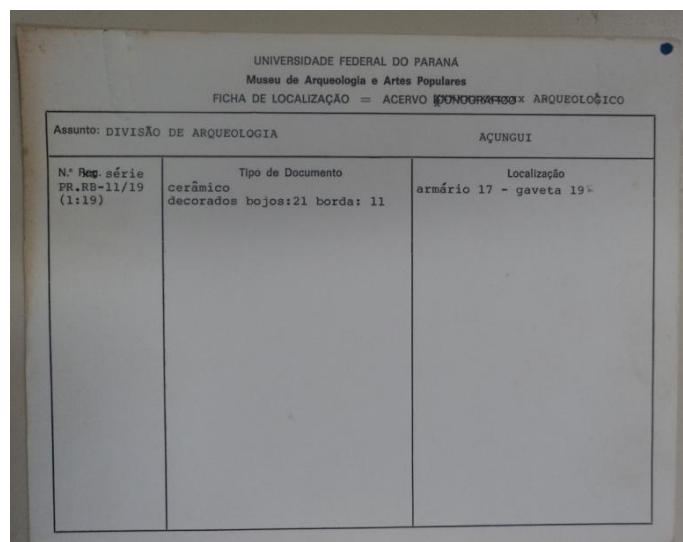


Figura 06 – Ficha Topográfica.

Foto: Ana Paula Leal, 2011.

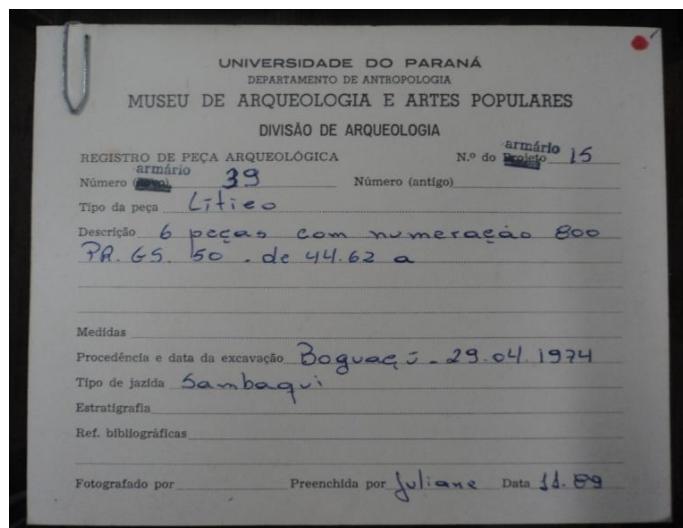


Figura 07 – Ficha Descritiva.

Foto: Ana Paula Leal, 2011

Com base nas informações contidas no relatório, criamos um gráfico (Fig. 08) para exemplificar a ocupação das gavetas, naquela época:

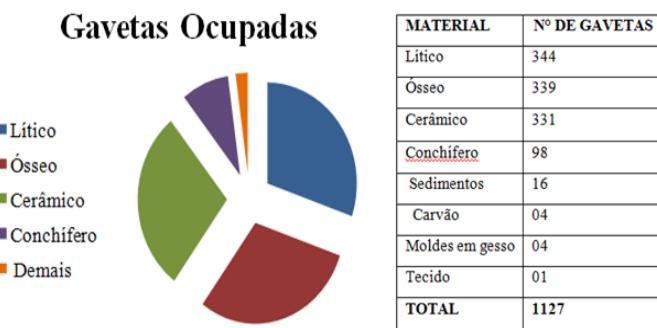


Figura 08 – Gráfico correspondente a distribuição de materiais nas gavetas, com base nos dados do relatório de “Reestruturação da Reserva Técnica em Arqueologia (1990)”.

No ano de 1996, foi confeccionado o “Relatório Técnico sobre as atividades realizadas no acervo de arqueologia do MAEP²⁷ para a montagem do circuito museográfico/95” que faz menção à análise das práticas ocorridas de janeiro a junho de 1995. A intenção, na época da confecção do mesmo, era realizar a reestruturação da exposição de longa duração, e pôr em prática um projeto aprovado em 1993 que visava à readequação da mesma. Isto requisiitou, além de uma mirada profunda na exposição já existente, uma análise no acervo armazenado. Foi então que a equipe do museu organizou uma busca por peças que pudessem complementar a abordagem da nova exposição, ou seja, materiais que possuíssem mais informações a respeito de sua procedência. Esta atividade foi realizada sob a orientação da Museóloga e diretora à época, Prof.^a Maria Regina Furtado, e da Técnica em Documentação, Silvana Bojanoski.

Visando conceber a nova exposição, primeiramente foram selecionados os acervos e organizada uma lista onde constava o número de registro de cada artefato. Além disso, foram confeccionadas fichas individuais, sendo que os dados eram comparados àqueles apresentados no relatório de 1990. Em razão da falta de instrumentos que viabilizassem a recuperação das informações a respeito dos artefatos, foi necessária a criação de outros mecanismos. O primeiro deles foi a consulta aos dois livros tombo presentes no museu, separados em acervo cerâmico e lítico (Fig. 09). No entanto, pouco ajudou, já que era pequena a quantidade de objetos numerados quando comparados à quantidade existente do acervo, além de estarem com muitos de seus campos incompletos, sendo eles: o número de ordem, a data de entrada, características da peça, procedência, aquisição, colocação e observações etnográficas.

²⁷ Na época o Museu era intitulado Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (MAEP).

Em relação a isto, notamos que a sistematização inadequada, tanto da documentação museológica, quanto da arqueológica, desde a coleta até a chegada das coleções nos museus, fez com que muitos dados fossem perdidos. Como vimos no capítulo anterior, a documentação não é uma ação que acaba em si, pois a documentação precede a comunicação. Sendo assim, faz-se necessária uma documentação que atenda as demandas de extroversão.

Após a observação dos dados no livro tombo, a equipe optou por investigar o fichário do acervo, que tinha sido revisado pelos estagiários orientados pela Profª. Zulmara, que trabalharam nos dois projetos por ela coordenados. Todavia, nessas fichas também havia dúvidas quanto à procedência de alguns objetos.

No relatório a questão das numerações é destacada como maior dificuldade. A repetição dos quatro primeiros números, em alguns artefatos, levava à crer que pertenciam à mesma coleção. No entanto, a escassez de referências que ligassem essa numeração ao sítio de origem, tornava-se um problema na identificação da procedência. A existência de etiquetas diferenciadas passava a ser alvo de dúvidas, quanto à originalidade e coerência das informações. Outro grande impasse apontado foi a falta de um Arqueólogo no quadro funcional naquele momento.

Mais uma vez, era demonstrado que a falta de uma curadoria inicial viria a prejudicar todos os demais processos de gerenciamento de dados, realizados pelo MAE-UFPR. O problema referente aos números, etiquetas e livros tombo dificultou a ligação das peças com a sua procedência, deixando algumas lacunas. A presença de um Arqueólogo no Museu poderia ter facilitado na descrição de algumas peças, bem como na própria exposição e demais formas de extroversão, pois, como bem nos lembrou Cristina Bruno, no capítulo anterior, o Arqueólogo deve participar de todo processo.

A pesquisa realizada por nós confirmou que nos livros tombo estava registrada uma quantidade ínfima de peças, além de carecerem de dados referentes à procedência, localização (colocação), e aquisição. É comum encontrarmos na primeira linha, a procedência e a data de entrada com aspas nas linhas seguintes, apresentando-se em branco os demais campos. Isso tudo nos mostra a seriedade da situação, pois como vimos no corpo teórico do trabalho, o livro tombo é onde se faz o registro de entrada das peças, é um instrumento legal que concerne à tutela do material ao Museu. Assim, por não ter havido um registro integral nos “livros”, perdeu-se a informação da quantidade inicial de materiais, podendo ter sido retiradas algumas peças e acrescentadas outras.

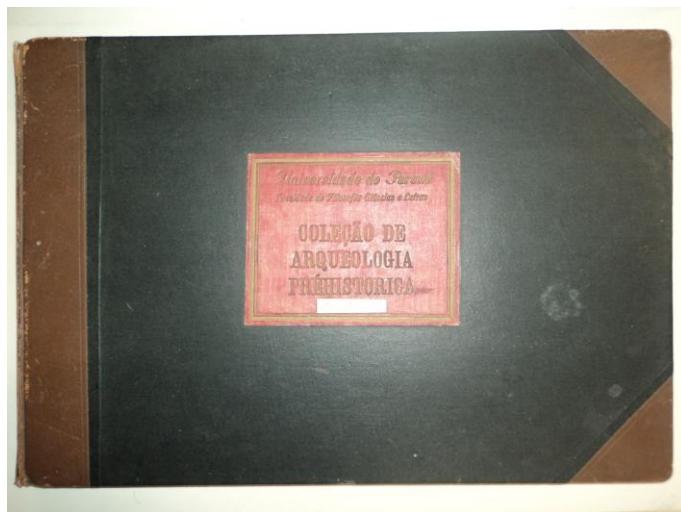


Figura 09 – Capa do livro tombo de Cerâmica.

Foto: Ana Paula da Rosa Leal.

O próximo passo da equipe foi a leitura de todas as publicações referentes aos sítios localizados no litoral paranaense, de forma a comparar dados e até mesmo fotografias com o que se tinha nas coleções. Em um segundo momento, o Museu entrou em contato com a Arqueóloga do Museu Paranaense, Cláudia Inês Parellada, que auxiliou em algumas identificações. Com ajuda desta, complementada com informações dadas pelo Prof. Igor Chmyz, concluiu-se que algumas numerações estavam relacionadas às coleções provenientes de pesquisas da década de 1950, pertencentes ao Museu Paranaense quando ele era vinculado à Universidade Federal do Paraná, sendo que estes acervos foram desmembrados e divididos entre o Museu Paranaense, MAE (à época, denominado MAAP) e o Centro de Pesquisas Arqueológicas (CEPA).

Devido à falta de tempo da equipe, pois os esforços estavam voltados para a organização da exposição, foi feito o levantamento apenas do acervo lítico, sendo que esse foi comparado constantemente com o relatório apresentado pela Prof^a. Zulmara.

Nas considerações finais desse relatório, foi dado um depoimento que deixa clara a dificuldade encontrada pela equipe durante a tentativa de organização do acervo: “é difícil, e quase impossível, depois de tantos anos, recuperarem-se os dados, quando não existem registros disponíveis sobre os critérios adotados para a partilha da coleção do material arqueológico do Paraná²⁸”.

²⁸ Informações retiradas do “Relatório Técnico sobre as atividades realizadas no acervo de arqueologia do MAEP²⁸ para a montagem do circuito museográfico/95, realizado em 1996.

Somando-se a esta problemática, de falta de dados a respeito das coleções do MAE-UFPR, indagamos:

[...] de que valem coleções etnográficas [e arqueológicas] mal documentadas e mal conservadas, acumuladas em reservas técnicas poeirentas, ameaçadas de mofo e infestação de cupim? [...] Como extrair, porém, informação científica, cultural e simbólica de objetos mudos, carentes de dados mínimos para subsidiá-la? (RIBEIRO, 1989, p. 109)

Logo, a distribuição dos materiais entre o CEPA, o Museu Paranaense e o MAE-UFPR, também não teve os seus processos documentados. Por outro lado, o auxílio de profissionais dessas instituições fez possível a identificação de algumas peças, o que corrobora a idéia de que as equipes devem procurar outros mecanismos para sanar as demandas do museu, o que neste caso surtiu um efeito positivo.

No ano de 2002, numa terceira investida, foi feito um levantamento das coleções do MAE-UFPR. Nessa ocasião, a Arqueóloga, Prof^a. Dr^a. Patrícia Laure Gaulier, responsável pela criação da Unidade de Arqueologia (UNARQ), elaborou o documento intitulado “Relatório das atividades da Unidade de Arqueologia UNARQ/MAE/UFPR 2000-2001”. Durante aquele período, a UNARQ tinha dois projetos: O registro completo do acervo e a elaboração de uma nova exposição de longa duração.

No que diz respeito ao levantamento coordenado por Patrícia (Anexo B), antes de tudo, foi realizada uma avaliação rápida quanto ao estado de conservação, quantidade e existência de numeração dos materiais. A consulta ao livro tombo do acervo Lítico revelou o registro de apenas 4% do material, enquanto o da cerâmica havia registrado 2%. Além disso, foi averiguado que algumas das peças presentes no livro tombo não estavam no acervo e que cerca de 2/3 dos materiais não foram citados no livro. Logo, este era um instrumento impreciso, pois quando se fazia possível uma relação entre os livros e os acervos, os campos “descrição” e “procedência” estavam, na maioria das vezes, incompletos ou duvidosos. Esta discrepância pode ser melhor verificada através da Fig. 10:

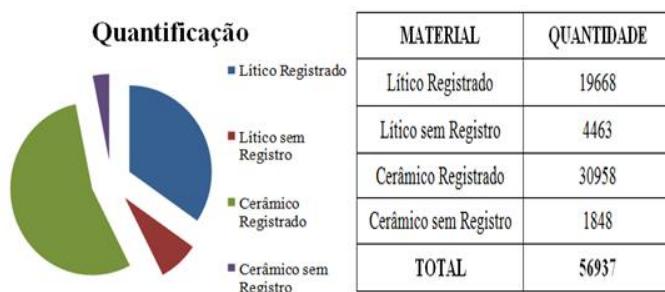


Figura 10 – Gráfico referente a quantidade acervo lítico e cerâmico, com base nas informações do “Relatório Técnico sobre as atividades realizadas no acervo de arqueologia do MAEP para a montagem do circuito museográfico/95.

Gaulier também fez uso do relatório de 1996, que a auxiliou na descoberta da origem e dos dados de algumas peças. Isto se deu pelo fato de os profissionais da época haverem feito uma consulta na bibliografia sobre as pesquisas, e por terem requerido a ajuda do diretor da CEPA, prof. Igor Chmyz e da Arqueóloga do Museu Paranaense, Cláudia Parella, como já foi comentado.

A apresentação deste histórico permitiu que se observasse a trajetória dessa documentação, que por vezes mostrou-se problemática, do ponto de vista organizacional. Isto demonstrou que a falta de práticas contínuas de registros, resultou em modelos diferenciados de etiquetas e fichas, resultando nos problemas atuais que o Museu enfrenta para recuperar as informações referentes ao acervo, corroborando o que comentamos no capítulo anterior, ao dizermos que a documentação deve ser um processo contínuo, que peresse todas as etapas, inclusive aquelas referentes à trajetória do objeto dentro do museu. Por outro lado, o registro destes levantamentos em forma de relatórios foi importante para que entendêssemos os procedimentos e práticas que levaram à situação atual do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e, mais do que tudo, fez possível perceber as mentalidades e finalidades por trás dos registros.

2.3 A busca por uma Nova Organização do Acervo

Como acabamos de comentar, o MAE-UFPR passou por algumas práticas que visavam a organização do acervo arqueológico e o conhecimento do que o Museu possuía. Atualmente, a instituição tem a mesma demanda e tenta estabelecer uma documentação que

permita o gerenciamento eficaz do acervo, partindo praticamente de um marco zero, devido à mudança da Reserva Técnica para Curitiba. Assim sendo, a finalidade deste sub-capítulo é abordar as decisões tomadas pela equipe neste processo, indicando as etapas que foram seguidas no que tange a concepção de uma documentação que está em fase de implantação, o que nos auxiliou no entendimento das mentalidades da equipe atual no que se refere à salvaguarda da cultura material.

Segundo o texto “El Museo de Arqueología e Etnología (MAE) de La Universidad Federal Del Paraná (UFPR) frente un programa de Revitalización y Restauro²⁹, a Revitalização foi um processo pensado em conjunto. Para tanto, foi emitido um laudo confeccionado pela Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Bruno MAE/USP em 2002, que se baseava nas demandas de pesquisa, salvaguarda e comunicação do acervo.

Desta forma o Museu passou por um programa de Revitalização e Restauro durante os anos de 2002 e 2006, através de três significativos projetos: Projeto de Restauro e Projeto Museológico; Projeto de Adequação da Reserva Técnica e Projeto de Sala Didático-Expositiva do Museu.

O primeiro tratava-se do restauro da sede expositiva em Paranaguá (Colégio Jesuítico) e a um projeto museológico que atendesse a conservação, documentação, exposição, educação e a revitalização. Já o segundo, correspondia à mudança da Reserva Técnica para Curitiba, com o intuito de aproximar os universitários da pesquisa que o museu poderia suscitar, tendo o início das obras em outubro de 2004.

Todavia, não bastava a mudança, era necessária uma readequação no que dizia respeito ao armazenamento. Para isso, foram elaborados outros dois projetos: um de mobiliário e outro de controle ambiental, ambos aprovados pelo Edital Nacional da Caixa Econômica Federal, BNDES e Fundação Vitae. O terceiro e último projeto foi o da criação, em Curitiba, de uma sala Didático-expositiva no edifício histórico da UFPR, que foi incentivado por recursos da Universidade e do Painel Nacional de Modernização dos Museus do IPHAN, em 2005.

Posteriormente aos respectivos projetos e obras, em 2005, a Reserva Técnica foi transferida para Curitiba (inaugurada em abril de 2006). No entanto, os objetos retirados de suas gavetas (registrados por Patrícia Gaulier, em Paranaguá) foram transferidos para Curitiba, onde foram guardados em outros armários e gavetas, não obedecendo à mesma ordem de localização utilizada em Paranaguá.

²⁹ Elaborado pela diretora da época, Prof^a. Dra Ana Luísa Fayet Sallas (sem data).

Em entrevista realizada com o Arqueólogo Laércio Brochier, o mesmo ressalta o problema ocorrido devido à mudança da Reserva Técnica para Curitiba. Brochier relata que, quando a transferência foi executada, a Arqueóloga Patrícia Gaulier, responsável pelo levantamento anterior, não estava presente, e não houve um cuidado em documentar a mudança dos locais de armazenagem. Isto também gerou outro conflito, pois ninguém sabia se todo o material estava no Museu.

A falta de informações a respeito do acervo, assim como a ausência de registros quanto às práticas adotadas ao longo dos anos, também dificultou o trabalho da equipe. Na mesma conversa, o entrevistado relata o resultado das várias mudanças ocorridas nas tentativas de ordenamento do acervo arqueológico: “[...] até hoje ainda estamos buscando muitas informações, dispersas em vários pontos, devido a não ter havido o cuidado de uma espécie de registro histórico das ações que estavam sendo feitas [...] (Informação Oral)³⁰”.

Com base nas demandas do Museu que naturalmente dependiam da identificação do acervo que o compõe, foi necessário um novo levantamento. Iniciou-se o mesmo em março de 2010, instituindo métodos coordenados pelo mesmo Arqueólogo.

Diante dos problemas encontrados pela equipe e a necessidade de uma organização que viabilizasse as práticas de extroversão realizadas pelo Museu, deu-se início a um levantamento do acervo, conforme veremos a seguir.

2.3.1 Um Levantamento Preliminar

A nova organização do acervo arqueológico começou em 2010 e foi pensada por Laércio Brochier e pela equipe de estagiários, começando por um reconhecimento preliminar dos materiais armazenados na nova Reserva Técnica. Ao mesmo tempo, os bolsistas procuravam e separavam documentos³¹ que fizessem referências aos sítios ou até mesmo às práticas efetuadas no acervo.

Primeiramente, foram numerados os armários e gavetas pertencentes à Unidade de Arqueologia³² (UNARQ) com “G n°” para gavetas (Fig. 11) e uma divisão mais detalhada para os armários³³ (Fig. 12).

³⁰ Entrevista realizada com o Arqueólogo, Prof. Dr. Laércio Loiola Brochier, em Curitiba, 11 de maio de 2011.

³¹ Foram organizados documentos e todo o tipo de informações como relatórios e pesquisas em pastas e caixas que estão na biblioteca do Museu.

³² A UNARQ é a unidade “1”, que subdivide o seu acervo em Acervo I (gavetas), II (armários deslizantes), III (sala expositiva) e IV (Sede do Museu em Paranaguá). Conta com 24 armários deslizantes e 270 gavetas.



Figura 11- Gavetas (Segmento II).

Foto: Ana Paula Leal, 2011.



Figura 12 – Armários deslizantes contendo gavetas.

Foto: Ana Paula Leal, 2011.

³³ Exemplo: 1-13-3c, onde o número “1” indica a UNARQ, o “13” o número do armário, o “3” a prateleira (é contada de cima para baixo) e o “c” a coluna (da direita para a esquerda).

Os estagiários realizaram um levantamento, dividido em duas tipologias de planilhas. Uma delas contém 34 páginas, indicando o conteúdo dos 24 armários que comportam um total de 492 caixas (Anexo C), enquanto a outra planilha é distribuída em 37 páginas, e trata do registro dos materiais presentes nas 270 gavetas (Anexo D).

Estas tabelas serviram como um levantamento preliminar e simples, sem quantificar os materiais individualmente³⁴, o que para Ferrez (1994), vai contra a prática documental museológica, em que se deve descrever cada unidade. Elas têm como dados o ano da escavação, nome do sítio, material, números de registros anteriores presentes nas peças, alguma observação (neste campo é informado se as peças estão colocadas em conjunto nos ethafoam³⁵ (suporte composto, ou individual)), a localização (atual, ou seja, na Reserva Técnica em Curitiba), que se divide em armário (localização e caixa) e gaveta, data relativa a fichas e etiquetas e alguma observação que se faça oportuna.

2.3.2 A concepção de um banco de dados

O sistema de levantamento em forma de planilhas foi fundamental para a etapa subsequente, que organizou o acervo em um banco de dados, a partir dos sítios. Optou-se por testá-lo na coleção proveniente do Sítio Sambaqui de Matinhos, devido ao fato de existirem pesquisas desde 1947, e inclusive peças com marcação provenientes desta data, embora a maior parte destes registros tenha iniciado em 1957.

O banco não foi baseado em nenhuma bibliografia ou em outros modelos e sim na experiência empírica com o acervo e o conhecimento dos problemas anteriores.

Os tópicos a serem preenchidos são: “ordem” (número seqüencial); quatro campos para *registros anteriores*; “sítio” (nome); “acervo no MAE” (dividido em 1 para gavetas e 2 para armários); “localização atual”; “localização antiga - arm. gav.” (armário e gaveta na antiga Reserva Técnica); “nº de caixa”; “tipo” (material); “descrição”; “1995/1996” e “2002” (espaços para informações que apareçam nos relatórios de 1996 e 2002); “outro local de referência”; “observações”; “situação” (se foi finalizado ou não); “rc, re e rp” (indicação de

³⁴ As peças em sua maioria não possuem numeração individual, separadas por conjuntos, sendo que algumas das informações estavam em caixas na parte externa, na forma de uma etiqueta adesiva, ou até mesmo dentro dos sacos.

³⁵ Os ethafoans são placas de polietileno extrudado.

relevância comunicacional, expográfica e pedagógica). Neste banco de dados estão registrados 45 objetos individuais ou agrupados³⁶ (Anexo E) provenientes de Matinhos.

Para o complemento de informações das tabelas, também foram observados os relatórios, o livro tombo e as fichas. Contudo, havia dificuldade por parte dos bolsistas em levantar dados precisos, pois tantas mudanças geraram alguns problemas como etiquetas trocadas, fichas distintas, ou dificuldade em saber exatamente o ano de origem das peças. Muitos dos materiais que estavam na reserva Técnica também careciam de informações sobre sua procedência e a própria numeração dos materiais era diversificada.

No caso da coleção de “Matinhos”, as peças foram deslocadas para outro armário que estava vazio. Posteriormente, os outros sítios passarão por este mesmo ordenamento. Estes dados também servirão como base para a confecção de um novo livro tombo, segundo Laércio.

Devido à diversidade de etiquetas, foi criado um novo modelo que é guardado dentro de um plástico zipado³⁷ (Fig.13). Esta etiqueta já foi adotada no Sítio de Matinhos e será implementada nas próximas coleções, no momento do registro no banco de dados.

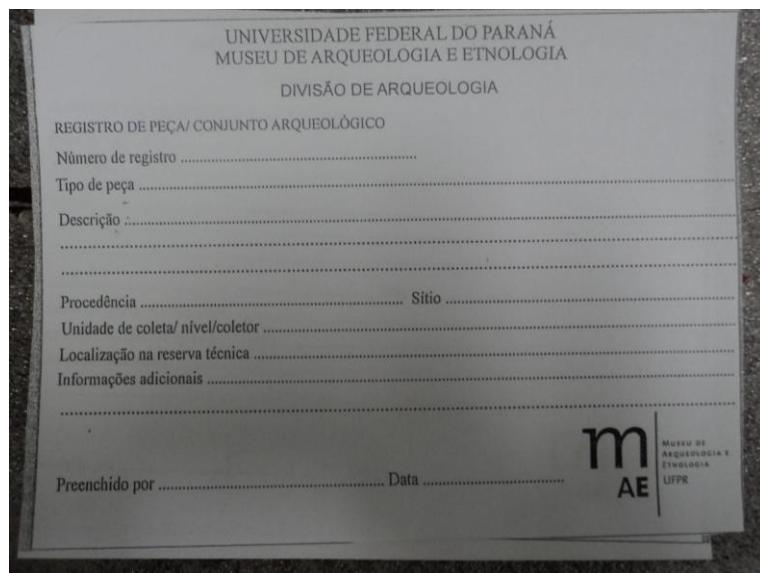


Figura 13 – Nova Etiqueta.

Foto: Ana Paula Leal, 2011.

³⁶ Como já comentamos, nem todos os materiais foram numerados individualmente, e algumas vezes são registrados os conjuntos. Segundo Laércio, depois de finalizarem o banco, ainda foram encontrados alguns materiais de Matinhos que ainda não foram adicionados.

³⁷ Quando os materiais forem para as exposições, haverá duas etiquetas iguais, uma irá com o objeto e outra que fica na Reserva Técnica, no local de guarda.

No entanto, este exemplar de etiqueta é distinto (normalmente as etiquetas apresentam apenas a numeração) e se aproxima mais de modelos de fichas catalográficas, pois apresentam itens descritivos e de localização.

A preocupação quanto à falta de registros históricos fez com que a equipe indicasse nas etiquetas os responsáveis pelo preenchimento e pela data. Além disso, os bolsistas passaram a registrar em um caderno suas atividades, de forma a documentar os processos e permitir uma comunicação entre eles. Esta preocupação pode ser evidenciada através da fala de Laércio, demonstrando o esforço atual para evitar a perda de dados que poderiam comprometer as próximas equipes: [...] só que o cuidado maior nesse processo é exatamente o cuidado que não houve anteriormente, num histórico mais antigo, né... que é anotar o caminho dessa peça [...] se por algum motivo ela foi ordenada ali num “pot-pourri” de pecinhas, essa informação eu não posso perder, eu não posso trocar ela por essa nova que nós temos. Ela tem que permanecer como informação porque quem sabe em algum momento a gente consegue levantar o histórico disso, o por quê [...]³⁸. Isto também corrobora com a discussão de Helena Ferrez, que indica que os processos devem ser documentados sempre, pois fazem parte da história do objeto.

Diante deste modelo de banco de dados, e de acordo com a teoria discutida, notamos que o mesmo permite a rápida recuperação da informação:

Por outro lado a inventariação de uma coleção é uma tarefa que exige continuidade e uniformidade de critérios. Neste campo a informatização de uma coleção pode ser um meio de registrar um conjunto de informações sobre os objectos de uma coleção de forma eficiente e fácil de manusear (PRIMO; REBOUÇAS; MATEUS, 1999, p. 05).

O banco de dados não seria suficiente no gerenciamento do acervo do MAE-UFPR, pois ainda necessita de informações relevantes ao processo de musealização. E para suprir esta demanda, foi elaborado um dossiê que comporta mais informações a respeito do sítio e que não apenas localiza as peças.

³⁸ *Laércio Loiola Brochier, op cit.

2.3.3 O dossiê de sítios

Quando estavam chegando ao final do ordenamento do Sítio Matinhos, Brochier começou a elaboração de um dossiê de sítios para possibilitar um registro mais completo das coleções.

Assim como o banco de dados, o dossiê de sítios foi elaborado de forma a separar as coleções por sítios. Ele foi inicialmente pensado por Brochier com a ajuda do Arqueólogo Sady Pereira do Carmo Júnior. O dossiê ainda não foi aplicado a nenhuma coleção, e está sujeito a mudanças. Pretende-se que o material seja uma espécie de banco de dados, que possibilitará até mesmo uma pesquisa online e intercâmbio de informações entre instituições.

Em entrevista³⁹ realizada com o Arqueólogo Sady do Carmo, foi dito que os dados foram baseados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). A idéia é que seja aplicado nos sítios presentes no Museu e os demais que vierem a integrar o acervo arqueológico.

O dossiê de sítios trata-se de uma documentação que permitirá o gerenciamento das coleções arqueológicas do MAE-UFPR. Esta documentação está separada em quatro páginas. A primeira trata-se de uma tabela (Anexo F) onde constarão os dados gerais sobre o sítio.

A segunda página (Anexo G) é uma espécie de manual que orienta as informações relevantes que devem ser coletadas e adicionadas à primeira página. Além disso, esta indica a necessidade de um destaque para materiais que possuem relevância didática ou expográfica (estes são fotografados e anexados na tabela dos “termos futuros”). As duas últimas páginas dizem respeito às listagens geral e individual dos materiais (Anexo H e Anexo I).

De acordo com Sady do Carmo, o próximo passo é a criação de um novo livro tombo, baseado no banco de dados, além da confecção de fichas referentes ao estado de conservação, que orientará inclusive nas questões de armazenamento, pois os materiais serão guardados de acordo com a sua tipologia e estado de conservação.

Com base na fundamentação teórica abordada no primeiro capítulo, analisaremos à seguir, o dossiê de sítios, na tentativa de comparar os dados nele abordado, do ponto de vista dos dois tipos de documentação, destacando a importância de cada item para a Arqueologia e a Museologia.

No campo “informações/dados”, abordaremos primeiramente os itens: *sítio; projeto; cnsa; localização; município e UF; coordenadas; escavado no período; tipo de sítio;*

³⁹ Entrevista realizada dia 11 de maio de 2011, em Curitiba, com o arqueólogo Sady Pereira do Carmo Júnior.

vestígios encontrados; estado de conservação; datas (escavação análise, acondicionamento, re-locação, outras); *responsável pela escavação; responsável pelo acondicionamento.* Nestes, percebemos a presença de campos destinados às informações primordiais para a pesquisa arqueológica, pois documentam o contexto, e o local de onde provêm os vestígios. Além disso, faz menção ao CNSA, possibilitando a retomada dos aspectos registrados neste cadastro.

No que diz respeito aos aspectos relevantes à museologia, percebemos uma preocupação em registrar os dados sobre a aquisição, o que segundo a classificação de Peter Van Mensch, trata-se de dados a respeito da história dos objetos, pois se refere ao contexto, a origem das peças e seu estado de conservação, de um modo geral. Do mesmo modo, a indicação das datas e dos responsáveis são importantes para registrar as etapas e recuperar possíveis informações posteriormente.

Ainda no mesmo campo, em relação à *catalogação e posição no MAE*, percebemos que não se trata de uma etapa que faz parte da pesquisa arqueológica. Por outro lado, são informações de cunho museológico, pois servem para o gerenciamento direto do acervo, possibilitando a recuperação da informação no que diz respeito às formas de catalogação e a localização.

O item “*anexos*”, diz respeito à uma série de documentos importantes para a pesquisa arqueológica, como fotografias, plantas, croquis e outros que ajudam no entendimento do sítio e das relações com o meio e com os vestígios. No dossiê também pode ser anexado a própria pesquisa depois de pronta, cadernos de campo ou até mesmo bibliografias que façam referência ao sítio, o que contribui na fase de análise, no laboratório. Da mesma forma, é um aspecto importante para o processo de musealização, partindo do princípio que inclui informações também do contexto e outras informações extrínsecas que podem ser retomadas posteriormente.

No campo referente aos “*termos futuros*”, entendemos que não se trate de um aspecto relevante para o arqueólogo. Todavia, para a museologia, é interessante a evidenciação de objetos que tenham relevância expográfica e educativa, de forma que já é feito uma espécie de triagem de materiais que possam ser incorporados nas práticas de extroversão.

A “*listagem geral*”, é um campo importante para o arqueólogo, visto que é exigido pelo IPHAN (através da portaria nº. 07 de 1988), a quantificação geral dos materiais, conforme comentado no capítulo anterior. Para o museólogo, trata-se de uma ferramenta importante, visto que possibilita uma visão geral de cada tipologia, e a localização dos conjuntos.

A “*listagem específica*” não é feita pelo arqueólogo. Contudo, tem um enfoque extremamente museológico, partindo do ponto de vista de que aborda a individualidade dos objetos, como o estado de conservação, e a localização individual, possibilitando algum outro tipo de observação. No caso da descrição, podemos utilizá-la para registrar a função e o significado simbólico, como foi comentado por Mensch. Além disso, pode-se utilizar este campo para descrever as propriedades físicas, como também é indicado pelo autor.

Em linhas gerais, observamos que o dossiê de sítios é um documento que apresenta elementos importantes tanto para a pesquisa arqueológica quanto para a musealização. Sendo assim, trata-se de um compilado de aspectos relevantes para a documentação museológica e também para a arqueológica.

Considerações Finais

Ao começarmos a pesquisa, tínhamos como intenção observar a diferença entre a documentação arqueológica (à qual conferíamos caráter científico, focado na pesquisa) e a documentação museológica (à qual atribuímos características de gerenciamento e registro de informações que oferecessem subsídios ao processo de musealização). Ao definirmos o “campo” de estudo, constatamos que o MAE-UFPR não possui uma política institucional pregressa de gerenciamento de dados e documentação eficaz, visto que estes estão em fase de experimentação e implementação. Com base nesta problemática, sentimos a necessidade de fazer um estudo mais amplo a respeito das documentações anteriores (relatórios, fichas e livro tombo), pois essas práticas influenciaram diretamente na forma como a nova documentação, o dossiê, foi pensado.

Visto isso, pesquisamos a respeito do histórico das documentações sobre as coleções e as formas de gerenciamento, buscando entender as mentalidades por trás delas. A partir desta análise, mais abrangente, foi possível constatar que a sistematização documental deve ser uma política presente na “raiz” do processo e não após a institucionalização das coleções.

Tendo como base a análise do relatório de 1991, percebemos uma tentativa inicial de estabelecer uma documentação que caracterizamos como museológica, devido à aproximação daquelas características que abordamos no nosso aporte teórico. Estas visavam, essencialmente, documentar as informações como localização, tipologia, descrição, medidas, procedência, data de escavação, tipo de jazida, estratigrafia, referências bibliográficas, fotografado por, preenchido por e data de preenchimento. Além disso, foi organizado um sistema de indexação, por meio do fichário cruzado.

O relatório de 1996, por sua vez, também demonstra uma preocupação quanto às perspectivas museológicas, o que notamos através da intenção de efetuar uma readequação na exposição, e na busca de dados quanto às numerações obtidas através do contato com o CEPA e o Museu Paranaense.

No levantamento feito em 2002, por Patrícia Gaulier, notamos uma tentativa voltada a conhecer o acervo e dimensionar a quantidade de registros sobre a cultura material.

Estas três tentativas de levantamento, organização e documentação foram dificultadas pela insuficiência de dados, o que fez com que os profissionais tivessem que tentar recuperar informações em outras fontes, ficando algumas, porém, absolutamente irrecuperáveis. A

análise de todo o histórico das documentações, até 2002, nos permite concluir que as mentalidades dos profissionais daquelas épocas, baseavam-se em conhecer e registrar o acervo, mas seus esforços sempre foram barrados pelos “erros” cometidos no princípio. No entanto, esta falta de preocupação com a curadoria dos objetos deve ser colocada em seu contexto, visto que as escavações começaram a ser feitas de forma amadora, sem critérios ou exigências estabelecidas pela União. Somente em 1961, com a Lei 3.924, que aponta a proteção de sítios arqueológicos, se dá início a atenção por parte dos órgãos para com o patrimônio arqueológico. A preocupação com a sistematização dos registros, em campo e em laboratório, foi ainda mais tardia, datada do final da década de 1980 (portaria número 07, de dezembro de 1988). Todavia, mesmo com esta Lei, os problemas referentes à falta de normas perduram até hoje, como é o caso da gestão da documentação primária, normatização para endossos institucionais, medidas mínimas para a salvaguarda de acervos e diretrizes para educação patrimonial. Trazendo esta perspectiva para o ambiente do MAE-UFPR, concluimos que este problema, gerado pela falta de documentação nos primeiros passos da instituição, prejudicou a curadoria das coleções e diminuiu as possibilidades de musealização. Vale ressaltar que alguns dos sítios foram escavados inclusive anteriormente à referida Lei, como é o caso do Sítio Sambaqui de Matinhos, pesquisado em 1957. O gasto de tempo e energia com as escavações mostrou-se inversamente proporcional ao esforço no ofício de curadoria e extroversão pública do conhecimento. Isto tornou-se visível no instante em que estudamos os acervos e os processos de documentação institucional, especialmente quando vimos a dificuldade de se recuperar informações sobre as coleções.

Pudemos concluir também que a falta de um Arqueólogo no quadro de profissionais, como foi relatado em 1996, dificultou a identificação de alguns materiais. Com isso também notamos que mesmo que haja uma aproximação entre os museus e pesquisas arqueológicas desde os primórdios de ambas as disciplinas, há, paradoxalmente, um distanciamento histórico entre as áreas de Museologia e Arqueologia no seu contexto aplicado, sobretudo no que se refere à documentação dos acervos. Isto nota-se pelo fato de ter sido, durante muito tempo, atribuída somente ao Arqueólogo as etapas de pesquisa de campo e laboratório, enquanto o Museólogo (ou no caso do MAE, os primeiros profissionais responsáveis pela coleção) tinha como função a catalogação e a exposição.

A arqueologia lida com a idéia de contexto, portanto, ao pesquisar um sítio, há de se coletar o máximo de informação sobre o mesmo. Isso implica dizer que não se trata da coleta da cultura material tão somente, mas sim de todos componentes informacionais que darão base ao estudo dos processos humanos. Entendemos que a documentação primária feita em

campo – que consiste em: planilhas de escavação, croquis, mapas, relatórios, caderno de campo, fotografias e filmagens – é uma das formas de “levar” o contexto para os laboratórios e, consequentemente, para as exposições e ações educativas. Caso a coleta se limite apenas à cultura material, toda a carga significativa dos objetos será comprometida, restando apenas o componente físico do acervo.

No caso da arqueologia, a aquisição, na maioria das vezes, é feita através da coleta/escavação, e, no caso do MAE, a falta de sistematização na arrecadação dos dados trouxe problemas irreversíveis, que perduram até hoje. Somado a isso, Também ocorreram compras, permutas e doações que não foram devidamente documentadas. É importante destacar que estas problemáticas não são exclusividade do MAE-UFPR, pois mesmo sendo uma análise pontual, aplica-se essa realidade em diversas instituições brasileiras.

Alinhavando as questões explanadas ao longo da pesquisa, e recuperando os objetivos do estudo, observamos que as equivocadas estratégias de gestão de acervos, via documentação, trouxeram problemas para a musealização do acervo do MAE-UFPR, visto que os mesmos perderam muitas de suas informações primordiais. Em nosso ponto de vista, uma forma de tentar reverter esta situação é pesquisar, em outros meios, dados a respeito dos sítios – como bibliografias, relatórios, e com a ajuda de outros museus que tenham informações a respeito desses sítios – na medida em que parte das informações extrínsecas foram perdidas. Entendemos que agora a solução seja trabalhar com estes materiais de outras formas, buscando informações que os contextualizem de algum modo, seja com bibliografia, seja comparando com outros sítios ou materiais semelhantes.

Quanto à documentação que entrará em vigor, comentaremos primeiro a respeito do banco de dados. Acreditamos que o mesmo é uma ferramenta eficaz para o que é pretendido: conhecer e registrar os sítios, de forma preliminar. Destacamos como importância a preocupação da equipe atual em documentar as formas anteriores de registro, inclusive onde se diz “localização antiga”, que diz respeito à própria mudança dentro da Nova Reserva Técnica. Isto permite a recuperação de informações que estejam atreladas aos números antigos, já que o sítio foi re-locado para um único armário, ao invés de estar fragmentado em diversos locais. A preocupação em documentar as práticas que estão sendo realizadas na Reserva Técnica também é louvável, visto que faz possível que as equipes posteriores consigam retomar as mentalidades e etapas por trás dos trabalhos.

No que diz respeito ao dossiê de sítios, considerando-o como foco de análise, entendemos que o mesmo seja um documento misto, onde visualizamos aspectos museológicos, arqueológicos, e de âmbito da conservação, que conferem sentido às pesquisas

de campo, e ao mesmo tempo são primordiais ao gerenciamento, podendo ser eficazes na musealização. Não há, portanto, uma separação entre documentação museológica e arqueológica, pois seus aspectos se fundem. Este contato com a prática corroborou ainda mais a nossa visão, de que tais documentações devem se complementar, em um único documento, de forma que as informações possam ser cruzadas e recuperadas por ambos os profissionais. O Conservador-Restaurador deve participar desta confecção, e conferir a esta documentação aspectos referentes ao estado de conservação em que as peças foram encontradas, bem como as medidas de conservação e restauração aplicadas, já que estes dados são essenciais tanto para a pesquisa, quanto para a salvaguarda.

Olhando por outro viés, observamos que a iniciativa do IPHAN em ter criado o SGPA, poderá influenciar positivamente na documentação museológica, pois estabelece elementos de coleta de dados em campo, que são importantes para a musealização. Notamos a sua influência na confecção do dossiê, já que o CNSA do IPHAN serviu como base para a montagem do mesmo.

No que tange ao armazenamento, consideramos que a intenção da equipe em futuramente separar os materiais por tipologia e conforme o estado de conservação é de suma importância, pois isto se torna uma prática de conservação preventiva⁴⁰, já que cada objeto tem sua particularidade físico-química.

Retomando os aspectos do dossiê, observamos uma particularidade, muito importante, sendo ela o fato de haver intenção de que o mesmo tenha alguns dos seus elementos divulgados em uma espécie de banco de dados. Isso facilita o intercâmbio de informações entre instituições e pesquisadores, tratando-se da difusão de informações.

Entendendo que uma pesquisa, como a realizada por nós, deva oferecer um produto para a instituição, faremos em seguida algumas recomendações que consideramos pertinentes, para a melhora do gerenciamento de dados.

Como complemento ao gerenciamento do acervo, propomos a confecção de fichas catalográficas que identifiquem as peças, considerando suas características individuais. Os conjuntos que possuem a mesma numeração podem ser separados em sacos plásticos zipados, tendo uma numeração única indicada em forma de etiqueta. Visto isso, no caso das novas escavações, acreditamos ser interessante que na etapa de catalogação cada peça receba uma numeração única, a fim de evitar problemas quanto aos registros. Também é importante ter o registro fotográfico de todas as peças e não somente daquelas que acreditam ser importantes

⁴⁰ Nomeia-se assim todas as medidas efetuadas tanto no ambiente em que se encontra o acervo, quanto na própria matéria, na tentativa de frear os processos de deterioração, bem como evitá-los.

para exposições e ações educativas, como é indicado no dossiê. No entanto, devido à quantidade ínfima de dados sobre as peças, provavelmente tanto o dossiê quanto estas fichas terão muito de seus campos sem preenchimento. Indicamos para as próximas escavações, que as fichas sigam o padrão apresentado por nós no capítulo 1, (Tabela 3) com exceção dos campos: *título, autor, origem, fabricação, inscrições e assinatura*. Acreditamos que esta ficha seja importante para a identificação detalhada do material, tanto no que concerne aos aspectos intrínsecos quanto aos extrínsecos.

Também indicamos a organização das fichas catalográficas seguindo a separação por sítio e tipologia. Uma forma de isto acontecer seria numerar as próprias fichas em ordem crescente, pois assim seriam sempre colocadas na ordem correta. Esta separação facilita a busca por tipologias. Acreditamos também ser necessário o registro de todo o material em um novo livro tombo, conforme aquilo que discutimos também em nosso aporte teórico (Tabela 2).

Recomendamos a confecção de fichas de indexação, que permitiriam ter uma dimensão do total de acervos com base nas suas características (Ex: cerâmica corrugada, decorada, lítico polido, lítico lascado, ossos humanos, etc.), possibilitando localizar os sítios que contém certos tipos de materiais.

Concluímos, então, que é primordial que as discussões a respeito da normatização da coleta de dados em escavações continuem acontecendo, sendo este um assunto relevante e de interesse social, visto que a falta de informação, como vimos tanto no aporte teórico quanto na prática, prejudica o processo documental e de gerenciamento e, consequentemente, as demais etapas de musealização. O MAE-UFPR passou por diversas tentativas de organização de gerenciamento que herdaram os antecedentes históricos e, estes problemas poderiam ter sido evitados caso houvesse um registro eficaz. Sendo assim, entendemos a trajetória da documentação do MAE-UFPR como um problema de ordem histórica.

É de suma importância que haja uma normatização no Brasil, que estabeleça critérios a serem preenchidos, tanto na documentação feita em campo, quanto à efetuada no Museu, pois isso evita diversidade e ausência de informações e, por outro lado, facilita o processo de musealização.

Fontes Documentais

Fichário cruzado

Fichas descritivas

Fichas topográficas

Livro tombo lítico

Livro tombo cerâmico

Relatório “Identificação e Registro do Acervo Malacológico do Museu de Arqueologia e Artes Popular (MAAP)”, realizado por Cláudia Maria de Azevedo e Sotomaior Macedo e orientado pela por Zulmara Clara Sauner Posse. 1990.

Relatório “Reestruturação da Reserva Técnica em Arqueologia”, orientado por Zulmara Clara Sauner Posse. 1991.

“Relatório Técnico sobre as atividades realizadas no acervo de arqueologia do MAEP para a montagem do circuito museográfico/95”. 1996.

“Relatório das atividades da Unidade de Arqueologia UNARQ/MAE/UFPR 2000-2001”, Patrícia Gaulier, 2001.

“El Museo de Arqueología e Etnología (MAE) de La Universidad Federal Del Paraná (UFPR) frente un programa de Revitalización y Restauro Elaborado pela diretora da época, Profª. Dra Ana Luísa Fayet Sallas (sem data).

Entrevista realizada com o Arqueólogo, Dr. Laércio Loiola Brochier, em Curitiba, 11 de maio de 2011.

Entrevista realizada com o Arqueólogo, Sady Pereira do Carmo Júnior, em Curitiba, 11 de maio de 2011.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina M. R. M. Tal antropologia qual museu? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: USP, v. S-7, p. 121-144, 2008.
- BASTOS, Rossano Lopes. Patrimônio Arqueológico. **Dicionário de Direitos Humanos**, 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Patrim%C3%B4nio+arqueol%C3%B3gico>>. Acesso em 08 de nov. de 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. **Institui a organização do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2011.
- BRASIL. **Estatuto de Museus**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em 04 de set. de 2010.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira . Museus universitários hoje. **Ciências em Museus**, Belém, n. 4, 1992, p. 27-33.
- _____. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Tese de Doutorado).
- _____. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** n. 2, São Paulo: MAE-USP, 1996, p. 293-313.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, M. **A Memória do Pensamento Museológico**. São Paulo: ICOM / Brasil, 1995, 45p.
- CALDARELLI, S.; BRUNO, M. C. Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado, pesquisas e exposições do IPH-USP. **Revista de Pré-História**, nº 4. São Paulo: EDUSP, 1982, p.143-170.
- CÂNDIDO, Maria Inez. “Documentação Museológica”. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p.33-92.
- CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. In: **Caderno de ensaios, n. 2. Estudos de Museologia**. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994, p. 41- 53.
- COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios Básicos de Museologia**. Curitiba, Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria do estado da Cultura, 2006.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

- FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Caderno de ensaios, nº2 Estudos de museologia.** Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003, 125 p.
- FURTADO, Maria Regina. **José Loureiro Fernandes o Paranaense dos Museus.** Curitiba: Governo do Paraná, 2006, 470 p.
- GUARNIERI, Waldisa R. C. Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, A. A. (org.) **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ICOM. Código de ética para museus. Disponível em: <www.icom.org.br/codigoetica ICOM2006>. Acesso em: 04 de set. de 2010.
- ICOM. Dados sobre o comitê internacional para a Documentação (CIDOC). Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/>>. Acesso em: 20 de maio de 2011.
- IPHAN. **Caderno de diretrizes museológicas,** 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- IPHAN. Portaria n.º07 de 01 de dezembro de 1988. Submete à proteção do poder público, pela sphan, os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <<http://www.cubaarqueologica.org/document/brasil3.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2011.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas.** Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 19-32.
- LACAYO, Tomás E. Factores de alteración *in situ*: conservación preventiva del material arqueológico. En **XV Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala, 2001** (editado por J.P. Laporte, H. Escobedo y B. Arroyo), pp.453-457. Museo Nacional de Arqueología y Etnología, Guatemala.
- LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. IN: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, 2007, p. 05-21.
- LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela M. C. Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, 2007, p. 245-274.
- MENSCH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. In: **Boletim ICOFOM/LAM.** 1ª Reunião Anual do ICOFOM/LAM. Ano II, n.4/5, 1992.
- NAJERA, M. SANZ. La conservación en Arqueología. Em MUNIBE (*Antropología y Arqueología*). **Suplemento N.º 6. San Sebastian.** 1988, p. 65-71.
- PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In MAST COLLOQUIA, **Museu:** instituição de pesquisa. v. 7. Rio de Janeiro, 2005, p. 11-22.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: **Memória e História**. Enciclopédia Einaudi, Lisboa, v. 1, 1984. p. 51-86.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In **Museus** - dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. SCIENTIA / UFMG, 2005, p. 151-164.

PRIMO, Judite; REBOUÇAS, Daniella; MATEUS, Diogo. Base de dados museológica - Manual do utilizador. In: **Cadernos de Sociomuseologia n°. 14. ULHT**, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasilia, 1992, 613 p.

RAFFAINI, P. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. S. Paulo, 3: 1993, p. 159-164.

RIBEIRO, B. G. 1989. Museu e memória: reflexões sobre o colecionamento. **Ciências em Museus**, 1 (2): 109-122. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.

SANTOS, Fausto Henrique dos; colaboração Andréa Considera Rabello; apresentação Affonso Romano de Sant'Anna. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo: 57 Editora Mackenzie, 2000.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museu e Educação: conceitos e métodos. **Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 31, 2002.

SILVA, Catarina E. F. da; LIMA, Francisca H. B. A preservação dos registros documentais de arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN. n. 33, 2007, p. 275-288.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>>. Acesso em: 05 de abril de 2011.

Anexos

ANEXO A – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

 Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA*	 Centro Nacional de Arqueologia - CNA																						
- CNSA RS02832 -																								
<p>Nome do sítio: Totó Outras designações e siglas: PS-03-Totó</p> <p>Município: Pelotas Descrição sumária do sítio: Sítio com ocorrência de materiais cerâmicos Tupiguarani em superfície e sub-superfície. Ocorrência de estrutura funerária, deposição de lixo e estruturas arquitetônicas Sítios relacionados: OS-02 Camping e PSG-17 - Las Acácias</p>																								
<p>Comprimento: 400m Largura: 400m Altura máxima: 160000m (a partir do nível do solo)</p> <p>Área: 1m² Medição: <input checked="" type="radio"/> Estimada <input type="radio"/> Passo <input type="radio"/> Mapa <input type="radio"/> Instrumento</p> <p>Unidade geomorfológica: Planicie Compartimento topográfico: Planicie de inundação Altitude: 6m (com relação ao nível do mar) Água mais próxima: Laguna dos Patos</p>																								
<p>Distância: 200m Rio: Bacia: L 40a</p>																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">Vegetação atual</td> <td style="padding: 2px;">Uso atual do terreno</td> </tr> <tr> <td> <input type="checkbox"/> Floresta ombrófila <input type="checkbox"/> Savana (cerrado)</td> <td> <input type="checkbox"/> Atividade urbana <input type="checkbox"/> Pasto</td> </tr> <tr> <td> <input type="checkbox"/> Floresta estacional <input type="checkbox"/> Savana-estépica (Caatinga)</td> <td> <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Plantio</td> </tr> <tr> <td> <input type="checkbox"/> Campinarana <input type="checkbox"/> Estepe</td> <td> <input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda <input type="checkbox"/> Área devoluta</td> </tr> <tr> <td> <input type="checkbox"/> Capoeira <input type="checkbox"/> Outra: pioneira</td> <td> <input type="checkbox"/> Outro: Área de lazer e pesca</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;"> <input type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;"> Propriedade da terra <input checked="" type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena Outra: </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;"> Proteção legal <input checked="" type="checkbox"/> Unid. de conservação ambiental <input type="checkbox"/> Federal <input checked="" type="checkbox"/> Patrim. da humanidade </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;"> Em área tombada <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal <input checked="" type="checkbox"/> Patrim. da humanidade </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;"> Categoria <input checked="" type="radio"/> Unicomponential <input type="radio"/> Multicomponential <input checked="" type="checkbox"/> Pré-colonial <input type="checkbox"/> De contato <input type="checkbox"/> Histórico </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 2px;"> Tipo de sítios: Habitação Forma: Irregular Tipo de solo: arenoso </td> </tr> </table>			Vegetação atual	Uso atual do terreno	<input type="checkbox"/> Floresta ombrófila <input type="checkbox"/> Savana (cerrado)	<input type="checkbox"/> Atividade urbana <input type="checkbox"/> Pasto	<input type="checkbox"/> Floresta estacional <input type="checkbox"/> Savana-estépica (Caatinga)	<input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Plantio	<input type="checkbox"/> Campinarana <input type="checkbox"/> Estepe	<input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda <input type="checkbox"/> Área devoluta	<input type="checkbox"/> Capoeira <input type="checkbox"/> Outra: pioneira	<input type="checkbox"/> Outro: Área de lazer e pesca	<input type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena		Propriedade da terra <input checked="" type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena Outra:		Proteção legal <input checked="" type="checkbox"/> Unid. de conservação ambiental <input type="checkbox"/> Federal <input checked="" type="checkbox"/> Patrim. da humanidade		Em área tombada <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal <input checked="" type="checkbox"/> Patrim. da humanidade		Categoria <input checked="" type="radio"/> Unicomponential <input type="radio"/> Multicomponential <input checked="" type="checkbox"/> Pré-colonial <input type="checkbox"/> De contato <input type="checkbox"/> Histórico		Tipo de sítios: Habitação Forma: Irregular Tipo de solo: arenoso	
Vegetação atual	Uso atual do terreno																							
<input type="checkbox"/> Floresta ombrófila <input type="checkbox"/> Savana (cerrado)	<input type="checkbox"/> Atividade urbana <input type="checkbox"/> Pasto																							
<input type="checkbox"/> Floresta estacional <input type="checkbox"/> Savana-estépica (Caatinga)	<input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Plantio																							
<input type="checkbox"/> Campinarana <input type="checkbox"/> Estepe	<input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda <input type="checkbox"/> Área devoluta																							
<input type="checkbox"/> Capoeira <input type="checkbox"/> Outra: pioneira	<input type="checkbox"/> Outro: Área de lazer e pesca																							
<input type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena																								
Propriedade da terra <input checked="" type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena Outra:																								
Proteção legal <input checked="" type="checkbox"/> Unid. de conservação ambiental <input type="checkbox"/> Federal <input checked="" type="checkbox"/> Patrim. da humanidade																								
Em área tombada <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal <input checked="" type="checkbox"/> Patrim. da humanidade																								
Categoria <input checked="" type="radio"/> Unicomponential <input type="radio"/> Multicomponential <input checked="" type="checkbox"/> Pré-colonial <input type="checkbox"/> De contato <input type="checkbox"/> Histórico																								
Tipo de sítios: Habitação Forma: Irregular Tipo de solo: arenoso																								
<p>Estratigrafia: Duas camadas de mais ou menos 50cm de profundidade com espessura de 30cm Contexto de deposição: <input checked="" type="checkbox"/> Em superfície <input type="checkbox"/> Em profundidade Exposição: <input checked="" type="checkbox"/> Céu aberto <input type="checkbox"/> Abrigo sob rocha <input type="checkbox"/> Gruta <input type="checkbox"/> Submerso <input type="checkbox"/> Outra:</p>																								
<small>* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.</small>																								
<small>Página 1 de 3</small>																								
<hr/> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%; padding: 2px;"> Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos* </td> <td style="width: 33%; padding: 2px; text-align: center;"> - CNSA RS02832 - </td> <td style="width: 33%; padding: 2px;"> Centro Nacional de Arqueologia - CNA </td> </tr> <tr> <td colspan="3"> <p>Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC</p> <p>Estrutura</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Área de refúgio <input type="checkbox"/> De lascamento <input type="checkbox"/> De comburto (fogueira, forno, fogão)</p> <p><input type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração</p> <p><input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas <input type="checkbox"/> Outras:</p> <p>Artefatos</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre concha</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sobre material orgânico</p> <p>Outros vestígios líticos:</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="3"> <p>Material histórico:</p> <p>Outros vestígios orgânicos:</p> <p>Outros vestígios inorgânicos:</p> <p>Arte rupestre: <input type="checkbox"/> Pintura: <input type="checkbox"/> Gravura: <input checked="" type="checkbox"/> Ausente:</p> <p>FILIAÇÃO CULTURAL</p> <p>Artefatos líticos:</p> <p>Artefatos cerâmicos:</p> <p>Artefatos rupestre:</p> <p>Datasões Absolutas:</p> <p>Datasões Relativas: 800 A.P</p> <p>Grau de integridade</p> <p>Fatores de destruição</p> <p>Outros fatores naturais:</p> <p>Outros fatores antrópicos:</p> <p>Possibilidades de destruição: atividades de lazer</p> <p>Medidas para preservação: Tombamento, salvaguarda, salvamento e educação patrimonial</p> <p>Relevância do sítio <input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa</p> <p>Atividades desenvolvidas no local</p> <p><input type="checkbox"/> Registro <input checked="" type="checkbox"/> Coleta de superfície <input type="checkbox"/> Sondagem ou Corte extratigráfico</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Escavação de grande superfície <input type="checkbox"/> Levantamento de grafismo rupestre</p> </td> </tr> </table>			Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*	- CNSA RS02832 -	Centro Nacional de Arqueologia - CNA	<p>Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC</p> <p>Estrutura</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Área de refúgio <input type="checkbox"/> De lascamento <input type="checkbox"/> De comburto (fogueira, forno, fogão)</p> <p><input type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração</p> <p><input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas <input type="checkbox"/> Outras:</p> <p>Artefatos</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre concha</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sobre material orgânico</p> <p>Outros vestígios líticos:</p>			<p>Material histórico:</p> <p>Outros vestígios orgânicos:</p> <p>Outros vestígios inorgânicos:</p> <p>Arte rupestre: <input type="checkbox"/> Pintura: <input type="checkbox"/> Gravura: <input checked="" type="checkbox"/> Ausente:</p> <p>FILIAÇÃO CULTURAL</p> <p>Artefatos líticos:</p> <p>Artefatos cerâmicos:</p> <p>Artefatos rupestre:</p> <p>Datasões Absolutas:</p> <p>Datasões Relativas: 800 A.P</p> <p>Grau de integridade</p> <p>Fatores de destruição</p> <p>Outros fatores naturais:</p> <p>Outros fatores antrópicos:</p> <p>Possibilidades de destruição: atividades de lazer</p> <p>Medidas para preservação: Tombamento, salvaguarda, salvamento e educação patrimonial</p> <p>Relevância do sítio <input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa</p> <p>Atividades desenvolvidas no local</p> <p><input type="checkbox"/> Registro <input checked="" type="checkbox"/> Coleta de superfície <input type="checkbox"/> Sondagem ou Corte extratigráfico</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Escavação de grande superfície <input type="checkbox"/> Levantamento de grafismo rupestre</p>															
Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*	- CNSA RS02832 -	Centro Nacional de Arqueologia - CNA																						
<p>Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC</p> <p>Estrutura</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Área de refúgio <input type="checkbox"/> De lascamento <input type="checkbox"/> De comburto (fogueira, forno, fogão)</p> <p><input type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração</p> <p><input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas <input type="checkbox"/> Outras:</p> <p>Artefatos</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre concha</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sobre material orgânico</p> <p>Outros vestígios líticos:</p>																								
<p>Material histórico:</p> <p>Outros vestígios orgânicos:</p> <p>Outros vestígios inorgânicos:</p> <p>Arte rupestre: <input type="checkbox"/> Pintura: <input type="checkbox"/> Gravura: <input checked="" type="checkbox"/> Ausente:</p> <p>FILIAÇÃO CULTURAL</p> <p>Artefatos líticos:</p> <p>Artefatos cerâmicos:</p> <p>Artefatos rupestre:</p> <p>Datasões Absolutas:</p> <p>Datasões Relativas: 800 A.P</p> <p>Grau de integridade</p> <p>Fatores de destruição</p> <p>Outros fatores naturais:</p> <p>Outros fatores antrópicos:</p> <p>Possibilidades de destruição: atividades de lazer</p> <p>Medidas para preservação: Tombamento, salvaguarda, salvamento e educação patrimonial</p> <p>Relevância do sítio <input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa</p> <p>Atividades desenvolvidas no local</p> <p><input type="checkbox"/> Registro <input checked="" type="checkbox"/> Coleta de superfície <input type="checkbox"/> Sondagem ou Corte extratigráfico</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Escavação de grande superfície <input type="checkbox"/> Levantamento de grafismo rupestre</p>																								
<small>Nome do responsável pelo registro: Fábio Vergara Cerqueira</small>																								

Data do registro: 23/09/2007 **Ano do registro:** 2007

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 2 de 3

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*	
Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC	- CNSA RS02832 -
Nome do projeto: Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região	
Documentação produzida (quantidade)	
Mapa com sítio plotado: 3	Foto preto e branco: 0
Croqui: 1	Reprodução de imagem: 0
Planta baixa do sítio: 1	Imagem de satélite: 1
Planta baixa dos locais afetados: 1	Cópia total de arte rupestre: 0
Planta baixa de estruturas: 1	Cópia parcial de arte rupestre: 0
Perfil estratigráfico: 3	Ilustração do material: 50
Perfil topográfico: 1	Caderneta de campo: 1
Foto aérea: 1	Video / Filme: 0
Foto colorida: 250	Outra: 0

Bibliografia

CERQUEIRA, Fabio Vergara, Rafael Guedes e LOUREIRO, André Garcia. Arqueologia da Laguna dos Patos no âmbito do Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região. ANAIS DO VIII Encontro da ANPUH-RS 2006

MILHEIRA, Rafael Guedes. Território e Estratégias de Assentamento Guarani na Margem Sudoeste da Laguna dos Patos. RS: Discussões e Resultados Preliminares. Revista do MAE, 2007

ANEXO B - Detalhe de Tabela referente ao Levantamento de 2002

Levantamento do Acervo da UNARQ - 2002

ARMARIO GAVETA	SITIO / FASE	MATERIAL	REGISTRO	DESCRICAÇÃO	COM N°	sem N°
01 01	Guaraguaçu A	ósseo	58.06.I	fragmentos de crânio e mandíbulas		
01 02	Guaraguaçu A	ósseo	sep. III	fragmentos de crânio		
01 03	Guaraguaçu B	ósseo	61.01	humano, fragmentos de crânio, mandíbula		
01 04	Guaraguaçu A	ósseo	26.57...	crânio		
01 05	Guaraguaçu B	ósseo	61.01...	humano		
01 06	Guaraguaçu	ósseo	sep. X.61	fragmentos de crânio e mandíbulas		
01 07	Guaraguaçu	ósseo	?	humano, mandíbula, crânio		
01 08	Sem procedência	lítico	4.63.01...	lâminas polidas	6	
01 09	Sem procedência	lítico	Sem procedência	pedras corantes e seixos ?	16	
01 10	Sem procedência	lítico	2.62, 4.63.02	indeterminado	3	
01 11	Guaraguaçu (etq)	lítico	G (Neuville)	machado lascado, indeterminado	7	2
01 12	Guaraguaçu B	lítico	4.60.2...	pedras corantes, indeterminado	25	1

ANEXO C - Detalhe de Tabela referente aos Armários da Reserva Técnica

Planilha1

Ano	Sítio	Material	Número Registro Anterior	Observação	Localização	Número da Caixa	Data	OBS...
		lítico	7.57.38 Nº apagado	suporte composto (2)	1-1-1c	001		
		lítico	13.58.01	suporte individual	1-1-1b	002		
		lítico	6.63.02 6.63.01	suporte composto(2)	1-1-1b	003		
		lítico	5.57.21 5.57.37 5.57.36	suporte composto (3)	1-1-1b	004		
		lítico	3.57.13 4.60.107	suporte composto (7)	1-1-1b,c			
	Matinhos	lítico	5.57.13	suporte composto (7)	1-1-1b,c	005		
	Guaraguaçu	lítico	4.60.138 4.60.226	suporte composto (7)	1-1-1b,c	005		
			2.57.33 2.57.14 (p.em exposição) 3.57.14	doação da faculdade de União da Vitória suporte composto (7)	1-1-1b,c	005		
1973	Centenário 73	lítico	1.73.641 1.73.01 1.73.630 1.73.746 1.73.687 1.73.835 1.73.860 1.73.817 1.73.659 1.73.719	suporte composto (10)	1-1-1b,c	006	10/89	
Ano		lítico	13.57.23 933	suporte composto (2)	1-1-1a	007		

Página 1

ANEXO D - Detalhe de Tabela referente às Gavetas da Reserva Técnica

Ano	Sítio	Material	Número Registro Anterior	Observação	Localização	Número da Gaveta	Coleção	Data
-	-	Vazia	-	-	Coluna 1 - A	G001	-	-
S/d	Curralzinho	Lítico e Cerâmico	784 (coleção)	Cerâmico: Apenas 3 fragmentos. Identificação interna: Lítico	Coluna 1 - A	G002	Única	S/d
1970	Cantu	Lítico	629 (coleção)	-	Coluna 1 - A	G003	Única	S/d
1963	Cidade Real de Guairá	Lítico	Coleção	-	Coluna 1 - A	G004	Única	S/d
-	-	Vazia	-	-	Coluna 1 - A	G005	-	-
S/d	Ivinheima	Lítico Lítico	Coleções	-	Coluna 1 - A	G006	A B	S/d
S/d	Sem Procedência	Conchífero	Sem Registro	Etiqueta solta dentro da caixa não condiz. Apenas uma peça.	Coluna 1 - A	G007	Única	S/d
S/d	Sem Procedência	Lítico	Coleção	-	Coluna 1 - A	G008	Única	S/d

ANEXO E - Detalhe do banco de dados, tendo o Sítio Sambaqui de Matinhos como teste

Ordem	registro 1	registro 2	registro 3	registro 4	Sítio	Acervo no MAE	Localização ATUAL	Localização Amplia	Localização Anterior	Nº de Caixa	Tipo	Descrição	1995/1996	2002	outro local de referência	Observações	Situação	r c	r e	r D
1	12	57	45		Matinhos	2	1-1-fb	24 20 07 19	1-24-6	492	Lítico	Machado polido provavelmente de matinhos			cobado em conjunto com outros sítios (nomenclatura clada em 2 amâncio/gavetas)	Possivelmente o nº de registro anterior foi marcado errado na peça, sendo o correto 12.57.36	Finalizado	3	2	4
2	5	57	13		Matinhos	b	1-1-fb	03 19	1-1-fbc	5	Lítico	instrumento bifacial sobre bloco	provavelmente de matinhos		cobado em conjunto com outros sítios (nomenclatura clada em 2 amâncio/gavetas)	No livro tombô há 3 entradas de Material lítico de matinhos, mas sem maiores especificações. Esta em suporte para 3 peças. (1peça).	Finalizado	4	1	3

ANEXO F - Primeira página do dossiê de sítios

INFORMAÇÕES / DADOS

Sítio:		
Projeto:		
CNSA:		
Localização: (ex: fazenda Gavião Alegre, km 18 da BR 101, próximo ao córrego buriti.).		
Município:	UF:	
Coordenadas:		
Escavado no Período:		
Catalogação:		
Posição no MAE:		

Tipo de sítio: (ex: lito-cerâmico a céu aberto, possível tradição tupiguarani.).	
Vestígios encontrados: (ex: material ósseo, litico polido, cerâmico (decorado e não), ossadas Humanas e malacológico).	
Estado de Conservação: (ex: ótimo, mas cerâmica deteriorada)	
Anexos: (mapas, croquis, fotos, resenhas de artigos, resultado de análises, fichas de campo, desenhos de peças ou da paisagem, etc...)	Página:

Datas relevantes	
Escavação:	Análise:
Acondicionamento:	Relocação:
Outras:	

RESPONSÁVEL pela escavação: _____
 RESPONSÁVEL pelo acondicionamento: _____

ANEXO G - Segunda página do dossiê de sítios

SINOPSE DO SÍTIO

Dados relevantes:

1. Tipo de sítio, categorias, datações, profundidades, etc...;
2. Localização e posição geográfica (coordenadas, em relação a elementos naturais ou antrópicos);
3. Localização topomorfológica, hidrográficas e geológicas (inclusive no entorno), descrição da paisagem (indicar anexos);
4. descrição da vegetação, biomas e uso dos solos;
5. Características de solos e sedimentos, pedologia;
6. Descrição de materiais, principais características, amostra do conjunto;
7. Filiação cultural e/ou arqueológica, análises comparativas rápidas;
8. principais problemas

Inserir dados de consulta, bibliográficos.

HISTÓRICO DA COLEÇÃO DO SÍTIO.

Como ocorreu:

1. Dados sucintos sobre a escavação: metodologias, tempo, problemas;
2. Primeiro acondicionamento: localização e modo;
3. Re-locações: localização, modo, problemas ocorridos;
4. Análises realizadas; por quem? Data? Conclusões?
5. Publicações: artigos, livros, periódicos, teses, dissertações, monografias, discussões em congressos; quais, quem, ano?
6. bibliografias;

TERMOS FUTUROS

1. Exposições
2. Potencialidades, fragilidade, significâncias.
3. Encaminhamentos (pesquisa, conservação, etc...);
4. Vestígios museológicos: materiais didáticos, com caráter expositivo como machados, zoólitos, ossadas, cerâmicas decoradas, etc...

Vestígio (numeração)	Descrição	Localização	Foto
Numeração e objeto	Analise do material	Sítio, camada, Unidade de escavação, posição no acervo.	Foto do vestígio
1.57.33 lasca em obsidiana	Lasca fragmentada em obsidiana, com talão esmagado.	Sítio 01, camada 3 da sondagem N5, localizada no acervo: 1.12a	

ANEXO H - Terceira página do dossiê de sítios

Listagem Geral do Material

Material	Quantidade	Localização no MAE	Outra localidade
Lítico polido / picoteado.			
Lítico lascado			
Cerâmico			
Vidrios			
Osseu			
Malacológico			
Dental			
Metalílico			
Osseu Humano			
Carvão			
Orgânico (restos vegetais)			
Amostra sedimentar			
Louça			
Telha			

ANEXO I - Última página do dossiê de sítios

LISTAGEM ESPECIFICA DO MATERIAL